

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 38/2020-PGJ, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020.**

Altera a Resolução nº 27/2020-PGJ, que dispõe sobre a criação do Comitê de Análise das Condições para o retorno gradual ao trabalho presencial, prorroga o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), bem como institui o Regime de Expediente Excepcional (REE) no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.828, de 21 de agosto de 2020, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que estabeleceu regras para a retomada gradual dos serviços presenciais e instituiu o “Plano de Biossegurança” do Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul, devidamente revisado;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado, de 40% (quarenta por cento) para 55% (cinquenta e cinco por cento), o percentual disposto no subitem 8 do item 5 do Plano de Biossegurança do MPMS.

Art. 2º O art. 3º da Resolução nº 27/2020-PGJ, de 15 de maio de 2020, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, estabelecido em conformidade com a Resolução nº 007/2020-PGJ, de 19 de março de 2020, fica prorrogado até o dia 31 de outubro de 2020, naquilo que for compatível com a presente Resolução, podendo ser alterado por ato do Procurador-Geral de Justiça.”

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 25 de setembro de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3062/2020-PGJ, DE 25.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º, inciso XXIV, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, nos termos do artigo 6º, parágrafo único, da Resolução nº 5/2020-CPJ, de 25 de setembro de 2020,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas, Antonio Siufi Neto, Belmires Soles Ribeiro, como titulares, e Jaceguara Dantas da Silva, como suplente, para comporem a Comissão Eleitoral para a eleição dos Conselheiros para o Conselho Superior do Ministério Público, biênio 2021-2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3052/2020-PGJ, DE 25.9.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar os Procuradores de Justiça Alexandre Lima Raslan e Mara Cristiane Crisóstomo Bravo para, sem prejuízo de suas funções, representarem o Colégio de Procuradores de Justiça e comporem a comissão criada no âmbito da Associação Sul-Mato-Grossense do Ministério Público, ASMMP, para debate e propositura de modernização da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3051/2020-PGJ, DE 25.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar os membros do Ministério Público Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional, e Paulo César Zeni, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, representarem a Procuradoria-Geral de Justiça e comporem a comissão criada no âmbito da Associação Sul-Mato-Grossense do Ministério Público, ASMMP, para debate e propositura de modernização da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3031/2020-PGJ, DE 24.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto licença para participar, sem prejuízo de suas funções, de curso de mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, às segundas-feiras, das 7h às 12h, no período de 24.8 a 14.12.2020, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 1/2016-CSMP, de 20.9.2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3036/2020-PGJ, DE 24.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva licença para participar, sem prejuízo de suas funções, de curso de mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, no período de 27.8 a 1º.10.2020, às quintas-feiras, no período matutino, e de cursos de pós-graduação *lato sensu* da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, *campi* de Dourados e de Naviraí, às sextas-feiras, no período noturno, e aos sábados, no período diurno, em finais de semana alternados, com término previsto para o fim do ano de 2021, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 1/2016-CSMP, de 20.9.2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3053/2020-PGJ, DE 25.9.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2880/2020-PGJ, de 9.9.2020, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça José Antonio Alencar 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 10 a 17.7.2019, que seria usufruído no dia 9.10.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3054/2020-PGJ, DE 25.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2840/2020-PGJ, de 1º.9.2020, que concedeu ao Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, de forma que, onde consta: “a serem usufruídos nos dias 3 e 4.9 e 9.10.2020”; passe a constar: “a serem usufruídos nos dias 3 e 4.9 e 8.10.2020”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3055/2020-PGJ, DE 25.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2869/2020-PGJ, de 4.9.2020, que designou a 2ª Promotora de Justiça de São Gabriel do Oeste, Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, de forma que, onde consta: “nos dias 3 e 4.9 e 9.10.2020”; passe a constar: “nos dias 3 e 4.9 e 8.10.2020”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3058/2020-PGJ, DE 25.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2322/2020-PGJ, de 30.6.2020, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira férias remanescentes, que seriam usufruídas no período de 13 a 22.10.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3059/2020-PGJ, DE 25.9.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco 15 (quinze) dias de licença-paternidade, a partir de 17.9.2020, e 5 (cinco) dias, em prorrogação, nos termos dos artigos 139, inciso VI, e 154 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 153, de 6.7.2011, e da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3061/2020-PGJ, DE 25.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar na Portaria nº 2795/2020-PGJ, de 27.8.2020, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de setembro de 2020, em razão do feriado 28.9.2020 (feriado municipal em Amambai – Emancipação do Município), na escala de plantão especificamente para a cidade de Amambai (MS) de forma a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI			
28.9.2020	2ª PJ de Amambai	Michel Maesano Mancuelho	99312-2678

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3065/2020-PGJ, DE 25.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 2.235/2020 da Prefeitura de São Gabriel do Oeste, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais da Administração Direta, Indireta e Fundacional, no dia 28.9.2020, em razão do feriado municipal do dia 29.9.2020;

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0013/2020, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de São Gabriel do Oeste, no dia 28.9.2020,

R E S O L V E :

Declarar ponto facultativo o dia 28.9.2020, segunda-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de São Gabriel do Oeste, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3063/2020-PGJ, DE 25.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 28.9.2020, do cargo em comissão de Assessor Técnico em Redes, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Luiz Henrique Garcia Granja, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3064/2020-PGJ, DE 25.9.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Julio Henrique Nunes da Cunha para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico em Redes, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, decorrente da exoneração de Luiz Henrique Garcia Granja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA JURÍDICA**PORTARIA N° 3038/2020-PGJ, DE 24.9.2020**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA JURÍDICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça, 16 (dezesseis) dias de férias remanescentes, sendo 4 (quatro) dias referentes ao período aquisitivo de 2012/2013, 2 (dois) dias referentes ao período aquisitivo de 2013/2014 e 10 (dez) dias referentes ao período aquisitivo de 2014/2015, que seriam usufruídos no período de 14 a 29.9.2020, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3802/2016).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° e-134/2020/PGJ, DE 25.9.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Wanessa Barbosa Santana, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 5 a 14.5.2021 e 1 a 10.7.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 11 a 20.1.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 3047/2020-PGJ, DE 24.9.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

R E S O L V E:

Conceder à servidora Sílvia Maria Olívia Ghinozzi, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã, a renovação da prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação, na modalidade remota, na Unidade Chácara Cachoeira do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, a partir de 4.9.2020, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 2º, § 2º; 4º; 9º, § 5º, IV; 10 e 11, *caput* e § 1º, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (Processo PGJ/10/3290/2019).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 3048/2020-PGJ, DE 24.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patricia da Silva Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Miranda, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 4.8.2020 a 30.1.2021, em razão de licença-maternidade da servidora Vânia de Oliveira Coelho Gondim.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 3049/2020-PGJ, DE 24.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Alex Hernandez Barboza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, designado para a 1ª Promotoria de Justiça de Bonito, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos períodos de 28.9 a 1º.10.2020 e de 5 a 8.10.2020, em razão da licença compensatória referente a feriado forense do servidor Thiago Simioli Holsback.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3057/2020-PGJ, DE 25.9.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

R E S O L V E:

Conceder à servidora Luciana Serraglio Baruffi, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas e designada, com prejuízo de suas funções, para a Promotoria de Justiça de Sete Quedas, a renovação da prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, a partir de 30.9.2020, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 2º, § 2º; 4º; 9º, § 5º, IV; e 11, *caput* e § 1º, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (Processo PGJ/10/4061/2016).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3060/2020-PGJ, DE 25.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Luzineth Alves do Espírito Santo, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, jornada especial de trabalho, a contar de 23 de setembro de 2020, a ser cumprida das 8h às 12h, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 1º, 2º e 3º da Lei Estadual nº 1.134, de 26.3.1991 (Processo PGJ/10/2369/2019).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**RESOLUÇÃO Nº 005/2020-CPJ, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020.**

Dispõe sobre a eleição dos Conselheiros do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio 2021/2022.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 9º, inciso XXIV, e 10, § 5º, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO a necessidade de se expedir regulamento atualizado, detalhando os procedimentos e prazos que serão observados na eleição dos membros do Conselho Superior do Ministério Público para o biênio 2021/2022, compatíveis com o regime jurídico em vigor,

RESOLVE:**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A eleição dos Conselheiros do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul realizar-se-á na primeira quinzena do mês de dezembro.

Art. 2º São eleitores os membros do quadro ativo da carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.



Art. 3º São elegíveis os Procuradores de Justiça em exercício que se inscreverem como candidatos, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral, ressalvados os casos em que se verificar ocorrência de qualquer das hipóteses de inelegibilidade previstas nesta Resolução e na Lei Complementar Estadual nº 72/1994.

CAPÍTULO II DAS INELEGIBILIDADES

Art. 4º É inelegível para o Conselho Superior do Ministério Público o Procurador de Justiça que:

- I - se encontre afastado da carreira, salvo se reassumir suas funções até 120 (cento e vinte) dias da data da eleição;
- II - houver sido condenado por crime doloso ou por ato de improbidade administrativa, com decisão transitada em julgado, enquanto perdurarem seus efeitos;
- III - tiver sofrido pena disciplinar, desde que não reabilitado;
- IV - estiver exercendo mandato do Conselho Nacional do Ministério Público ou do Conselho Nacional de Justiça.

CAPÍTULO III DA DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL E DATA DA ELEIÇÃO

Art. 5º O processo eleitoral, desde a inscrição dos candidatos até a apuração dos sufrágios e proclamação do resultado da votação, será conduzido por uma comissão composta pelos 3 (três) membros mais antigos do Colégio de Procuradores de Justiça, a ser presidida pelo mais antigo no cargo, excluídos os que antecipadamente manifestarem interesse em concorrer à eleição.

Art. 6º A designação dos membros da Comissão Eleitoral será promovida pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em reunião extraordinária especialmente convocada para essa finalidade pelo Procurador-Geral de Justiça, a ser realizada na segunda quinzena do mês de setembro.

Parágrafo único. Cumprirá ao Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça fazer publicar no Diário Oficial do Ministério Público, DOMP, no segundo dia útil seguinte à reunião, portaria de designação da Comissão Eleitoral.

CAPÍTULO IV DA INSCRIÇÃO

Art. 7º Os requerimentos de inscrição deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão Eleitoral e protocolados na Divisão de Protocolo-Geral e Arquivo do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, durante o horário normal de expediente administrativo, durante a segunda quinzena do mês de outubro, conforme calendário constante do Anexo Único desta Resolução.

Art. 8º Encerrado o prazo para inscrição dos candidatos, a Comissão Eleitoral, no prazo de 3 (três) dias úteis, providenciará a publicação no DOMP da relação dos candidatos habilitados e daqueles cujo pedido de inscrição tenha sido indeferido.

§ 1º Se o número de candidatos inscritos for inferior ao de vagas, todos os Procuradores de Justiça elegíveis serão considerados inscritos de ofício, salvo manifestação contrária, por escrito, dos que não pretendam concorrer ao pleito, dirigida à Comissão Eleitoral.

§ 2º Qualquer membro do Ministério Público poderá representar à Comissão Eleitoral acerca das causas de inelegibilidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da publicação, cumprindo à Comissão Eleitoral proferir decisão em igual prazo.

§ 3º Das decisões da Comissão Eleitoral que deferirem ou indeferirem a inscrição de candidato caberá recurso no prazo de 2 (dois) dias, contados da data da publicação, ao Colégio de Procuradores de Justiça, que decidirá em sessão extraordinária no prazo de 3 (três) dias, intimando os interessados por meio do DOMP.

CAPÍTULO V DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

Seção I Do voto



Art. 9º O voto é pessoal, secreto e obrigatório, não se admitindo o seu exercício por procurador ou via postal.

Art. 10. O eleitor poderá votar em cada um dos elegíveis, até o número de cargos postos em eleição, admitindo-se o recebimento do voto por meio de sistema eletrônico, mediante a utilização de urnas eletrônicas.

Art. 11. Se utilizado o sistema de voto eletrônico, a votação poderá ser realizada simultaneamente na sede da Procuradoria-Geral de Justiça e em sedes regionais previamente designadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça, respeitado, em qualquer caso, o horário das 9 (nove) às 17 (dezesete) horas.

Art. 12. Caso seja adotado o sistema de voto físico, a votação ocorrerá exclusivamente na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, no período das 9 (nove) às 17 (dezesete) horas, recolhendo-se o voto mediante cédula confeccionada em papel branco e opaco, encimada pelo logotipo do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, contendo os nomes dos Procuradores de Justiça que concorrerem ao pleito, em ordem alfabética, ladeado à esquerda por um quadrilátero onde o votante assinalará com um X o nome do(s) candidato(s) de sua preferência.

Seção II

Da apuração

Art. 13. A Comissão Eleitoral receberá os votos e efetuará sua contagem utilizando-se do método manual, no caso de voto físico, ou do método da totalização automática, no caso de votação eletrônica.

Parágrafo único. Uma vez iniciada, a apuração se estenderá, sem interrupção, pelo período que for necessário até a proclamação do resultado.

Art. 14. O processo de apuração manual se iniciará pela contagem dos votos depositados na urna, a fim de que se verifique a coincidência do respectivo número de cédulas com o número de votantes.

Art. 15. No caso de emprego do sufrágio mediante cédulas de papel, serão considerados nulos os votos cuja cédula contenha:

I - anotação ou sinal que possa identificar o eleitor;

II - assinalação de um número de nomes superior ao número de cargos postos em eleição.

Parágrafo único. São considerados brancos os votos cujas cédulas não forem assinaladas conforme mencionado no art. 12.

Seção III

Dos recursos

Art. 16. Contra as decisões da Comissão Eleitoral, proferidas no curso da votação ou da apuração, o candidato poderá interpor recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas ininterruptamente da proclamação do resultado, ao Colégio de Procuradores de Justiça, que decidirá em sessão extraordinária, em 3 (três) dias.

Seção IV

Da proclamação do resultado

Art. 17. A Comissão Eleitoral, após a apuração, proclamará o resultado da eleição, lavrando ata circunstanciada e dissolvendo-se após a entrega, até o dia útil seguinte, do resultado ao Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º Serão considerados eleitos os 9 (nove) candidatos mais votados e, em caso de empate, será incluído, sucessivamente, o candidato mais antigo no cargo, o mais antigo na carreira e o mais idoso.

§ 2º Os Procuradores de Justiça que se seguirem aos eleitos, na ordem de classificação, serão considerados seus suplentes.

§ 3º Se o número de suplentes eleitos for insuficiente para substituir os conselheiros titulares, serão considerados suplentes tantos integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça quantos forem necessários para a composição do quadro de suplentes do Conselho Superior do Ministério Público, mediante sistema de rodízio, iniciando-se pelo mais antigo no cargo, ressalvadas as restrições estabelecidas nos §§ 2º e 4º do art. 10 da Lei Complementar nº 72/1994.

CAPÍTULO VI

DA POSSE



Art. 18. A sessão solene de posse e exercício dos membros do Conselho Superior do Ministério Público será realizada no mesmo dia da primeira reunião ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do mês de fevereiro do ano subsequente ao da eleição.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pelo plenário do Colégio de Procuradores de Justiça.

Art. 20. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande, MS, 25 de setembro de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 005/2020-CPJ, 25 DE SETEMBRO DE 2020. Calendário Eleitoral – Principais Datas

DATA	EVENTO	ARTIGO
24/9/2020	Aprovação pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em reunião ordinária, da resolução que estabelece as normas relativas à eleição dos Conselheiros, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação às eleições.	Art. 10, § 5º, da LC nº 72/94
24/9/2020	Reunião extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça para designação dos membros da Comissão Eleitoral.	Art. 6º da Res. nº 005/2020-CPJ
29/9/2020	Prazo final para a publicação da resolução que dispõe sobre a eleição dos Conselheiros – antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação às eleições.	Art. 10, § 5º, da LC nº 72/94
29/9/2020	Publicação da portaria de designação da Comissão Eleitoral.	Art. 6º, par. único, da Res. nº 005/2020-CPJ
19/10/2020	Início do prazo para a inscrição dos candidatos ao cargo de Conselheiro.	Art. 7º da Res. nº 005/2020-CPJ
23/10/2020	Término do prazo para a inscrição dos candidatos ao cargo de Conselheiro.	Art. 7º da Res. nº 005/2020-CPJ
29/10/2020	Prazo final para a publicação, pela Comissão Eleitoral, da relação de candidatos habilitados e da lista de inscrições indeferidas.	Art. 8º da Res. nº 005/2020-CPJ
4/12/2020	Eleição dos membros do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio 2020/2021.	Art. 1º da Res. nº 005/2020-CPJ e art. 10, § 5º, III, da LC nº 72/94

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2020.

7. Processo:

7.1. **Processo PGJ/10/2131/2019 – Recurso Administrativo**

Recorrente: Servidor do Ministério Público Estadual.

Assunto: Apuração dos fatos envolvendo servidores da Divisão de Transporte. Advogado: Bruno Terence Romero R. G. Dias – OAB/MS 9.381 e Lais Peixoto Tiburcio – OAB/MS 18.876.

Relatora: Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Ávila.

Revisor: Procurador de Justiça Alexandre Lima Raslan.

O Procurador-Geral de Justiça retirou de pauta, com a concordância da Relatora.

**8. Assuntos Institucionais:**

8.1. Apreciação do **Relatório Anual** das Atividades do Ministério Público do ano 2019. O Presidente passou a palavra para a Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva, que coordenou a confecção do referido Relatório, que fez a apresentação.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, apreciou o Relatório Anual das Atividades do Ministério Público do ano 2019, sem ressalvas.

8.2. Apreciação de outros assuntos de interesse Institucional.

Apreciados sem ressalva.

8.3. Referendar a Portaria nº 515/2020-PGJ, de 7.2.2020, que concedeu, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público Marcos Antonio Martins Sottoriva, 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 15 a 22.4.2019, que foi usufruído no dia 7.2.2020.

8.4. Referendar a Portaria nº 771/2020-PGJ, de 27.2.2020, que concedeu, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos, 17 dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, que foram usufruídas no período de 3 a 19.3.2020.

8.5. Referendar a Portaria nº 998/2020-PGJ, de 16.3.2020, que suspendeu, *ex officio, ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, por necessidade de serviço, nos dias 6, 11 e 12.3.2020, as férias do Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos, concedidas por meio da Portaria nº 771/2020-PGJ, de 27.2.2020. **8.6. Referendar a Portaria nº 1010/2020-PGJ, de 17.3.2020**, que suspendeu, *ex officio, ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, por necessidade de serviço, a partir de 17.3.2020, as férias do Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos, concedidas por meio da Portaria nº 771/2020-PGJ, de 27.2.2020.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou as portarias sem ressalvas.

8.7. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos. (Processos PGJ/10/0372/2020, PGJ/10/0373/2020, PGJ/10/0406/2020 e PGJ/10/0614/2020).

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça.

Campo Grande, 24 de setembro de 2020.

SILASNEITON GONÇALVES

Procurador de Justiça

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2020.

7. Processos das Comissões Permanentes:**7.1. Procedimento Administrativo nº 09. 2019.00003924-8**

Requerentes: 1º, 2º, 3º e 4º Promotores de Justiça da Comarca de Naviraí-MS. Assunto: Alteração das atribuições das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Promotorias de Justiça da Comarca de Naviraí-MS.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a alteração das atribuições das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Promotorias de Justiça da Comarca de Naviraí-MS, nos termos do parecer da Comissão de Regimentos e Normas.

**7.2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00004474-0 –**

Requerente: Procurador de Justiça Francisco Neves Júnior, Coordenador do CAO dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência e do NEVID.

Assunto: Modificação das atribuições da 72ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Gerardo Eriberto de Moraes, Presidente; Silasneiton Gonçalves, Suplente; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou modificação das atribuições da 72ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

7.3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00003671-8 –

Assunto: Alteração da Resolução nº 018/2010-PGJ, para consolidar a elevação das Promotorias de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso e Anastácio à categoria de “Segunda Entrância”.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou alteração da Resolução nº 018/2010-PGJ, para consolidar a elevação das Promotorias de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso e Anastácio à categoria de “Segunda Entrância”, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

8. Assuntos Institucionais:

8.1. Ofício nº 035/2020-PRES/SALJ, de 17.4.2020, encaminhado pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, tomou ciência do expediente.

8.2. Referendar a Portaria nº 1326/2020-PGJ, de 24.4.2020, que concedeu, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, à época, Paulo Cezar dos Passos, férias regulamentares referentes ao período aquisitivo 2019/2020, para serem usufruídas no período de 5.5 a 3.6.2020.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou a referida Portaria.

8.3. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, à época, Paulo Cezar dos Passos. (Processo PGJ/10/0912/2020).

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou a concessão das diárias.

Campo Grande, 24 de setembro de 2020.

SILASNEITON GONÇALVES

Procurador de Justiça

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2020.

7. Processos:**7.1. Processo PGJ/10/1992/2019 – Recurso**

Recorrente: Servidor do Ministério Público Estadual.

Assunto: Apuração de fatos ocorridos no âmbito da Divisão de Transportes.

Advogado: Bruno Terence Romero R. G. Dias – OAB/MS 9.381 e Lais Peixoto Tiburcio – OAB/MS 18.876.

Relator: Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti.

Revisor: Procurador de Justiça Miguel Vieira da Silva.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, impedido o Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos tendo em vista ser o Procurador-Geral de Justiça à época, votou preliminarmente pelo não conhecimento do recurso, nos termos do voto-vista, acompanhado pelo Relator, restando prejudicado o mérito.

**7.2. Processo PGJ/10/4218/2019 – Recurso**

Recorrente: Servidor do Ministério Público Estadual.

Assunto: Apuração de fatos.

Advogado: Bruno Terence Romero R. G. Dias – OAB/MS 9.381 e Lais Peixoto Tiburcio – OAB/MS 18.876.

Relatora: Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

Revisor: Procurador de Justiça Silasneiton Gonçalves.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, impedido o Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos tendo em vista ser o Procurador-Geral de Justiça à época, votou preliminarmente pelo não conhecimento do recurso, nos termos do voto da Relatora, acompanhada pelo Revisor, restando prejudicado o mérito.

7.3. Sindicância nº 10.2019.00000123-9 - Recurso

Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual.

Requerente: Membro do Ministério Público.

Assunto: Recurso Administrativo contra decisão da Corregedoria-Geral do MP.

Advogado: André Borges – OAB/MS nº 5.788.

Relator Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

Revisora Procuradora de Justiça Sara Francisco Silva.

Julgamento adiado em razão do pedido de vista da Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anozategui.

7.4. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00004170-0

Requerente: Secretária-Geral do MPMS

Assunto: Proposta de resolução disciplinando a celebração de termo de ajustamento de conduta em sindicâncias e processos administrativos disciplinares relativos a servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Comissão de Regimentos e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a proposta de resolução disciplinando a celebração de termo de ajustamento de conduta em sindicâncias e processos administrativos disciplinares relativos a servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

8. Processo da Comissão de Regimento e Normas:**8.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº: 09.2020.00001421-3**

Requerente: Promotorias de Justiça de Três Lagoas - Assunto: Analisar pedido formulado pelas Promotorias de Justiça Residuais e pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas no sentido de incluir atribuições criminais afetas ao Patrimônio Público e Social nas atribuições da 2ª Promotoria de Justiça.

Comissão de Regimentos e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a proposta de alteração das atribuições das Promotorias de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

9. Assuntos Institucionais:**9.1. Corregedoria-Geral do MP:**

1. Ofício nº 0598/2020/CGMP/MS, de 10.7.2020, encaminha relatório das atividades da Corregedoria-Geral do Ministério Público durante a gestão 2018/2020, referente ao mandato do Procurador de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva como Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e do Procurador de Justiça Antonio Siufi Neto Corregedor-Geral Substituto.

2. Ofício nº 0579/2020/CGMP/MS, de 7.7.2020, encaminha Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias realizadas nas Procuradorias de Justiça Cíveis, Criminais e de Interesses Difusos e Coletivos, de acordo com o Aviso nº 06/2020/CGMP, publicado no DOMP n. 2.160, de 10.3.2020, em obediência ao disposto nos artigos 19, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 14/2019-CPJ, de 02 de dezembro de 2019 (Regimento Interno CGMP) e artigo 19, I, letra n, da Resolução nº 004/2016-CPJ, de 05 de setembro de 2016 (Regimento Interno do CPJ).



Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, apreciou os expedientes acima, sem ressalvas.

9.2. Portaria nº 2319/2020-PGJ, de 30.6.2020, que concedeu *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Magno Benites de Lacerda, a conversão em abono pecuniário de um terço de férias, no período de 1º a 10.7.2020.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou ao Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Magno Benites de Lacerda, a conversão em abono pecuniário de um terço de férias, no período de 1º a 10.7.2020.

Campo Grande, 24 de setembro de 2020.

SILASNEITON GONÇALVES

Procurador de Justiça

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 9ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 5 DE OUTUBRO DE 2020.

1. Expedientes:

1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:

1. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003122-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00002681-9.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002007-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000708-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004207-5.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002939-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001228-1.

4. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001604-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000743-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000441-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004162-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000901-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002280-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002100-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000717-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004172-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003953-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003505-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000101-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001002-8.

5. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001671-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001669-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000779-0.



- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004187-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003702-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001388-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000737-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001669-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001108-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001669-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001717-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001669-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003829-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001669-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004108-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000991-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000909-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003494-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001758-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004257-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002011-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001542-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001096-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002475-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001427-9.

6. 76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001324-7.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001827-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004376-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004285-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000861-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004466-2.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004074-4.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000204-6.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000239-4.

11. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001260-4.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000159-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000817-7.

13. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000196-9.

14. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004194-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004559-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002195-8.



1.2. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:

1.2.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00002980-6:

- 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

Inquérito Civil nº 06.2015.00000102-4

Inquérito Civil nº 06.2018.00003001-0

- 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000306-0.

1.2.2. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00002981-7:

- 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil n. 06.2018.00002528-3.

- Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

Inquérito Civil n. 06.2018.00003436-0.

1.2.3. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JUNIOR:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00002724-1:

- 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil n. 06.2019.00000262-8.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00002982-8:

- 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil n. 06.2019.00000299-4.

1.2.4. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00002721-9:

- Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil n. 06.2019.00000033-0.

1.2.5. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00002503-2:

- 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil n. 06.2016.00001172-6.

- 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil n. 06.2020.00000021-9.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00002726-3:

- 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil n. 06.2019.00000084-1.

1.2.6. CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00002983-9:

- 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil n. 06.2019.00000289-4.

- 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil n. 06.2018.00002923-5.

1.2.7. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00002505-4:

- 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2017.00000011-1.

**2. Ordem do dia:****2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001403-8**

76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar irregularidades apontadas no Relatório de Vistoria CRM/MS nº 35/2017.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001187-8

76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a falta de aparelhos e ausência de profissionais da área de saúde, para compor a equipe da unidade básica de saúde da família UBSF Los Angeles Distrito Sul, Campo Grande/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003266-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de práticas ilegais na utilização do sistema de cartão Taurus Card, utilizado para abastecimento da frota municipal no Município de Nova Alvorada do Sul.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001357-0 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001397-2 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Aparecida do Taboado

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001121-2 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001713-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Câmara Municipal e Prefeitura Municipal de Camapuã

Assunto: Apurar notícia de eventuais gastos excessivos com diárias pagas aos Vereadores Municipais e ao Prefeito Municipal de Camapuã, para viagem à Brasília, onde o interesse às vezes, conforme denunciado, é particular, identificando eventuais atos de improbidade administrativa.

2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000090-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Kcinco Caminhões & Ônibus Ltda.

Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti/MS

Assunto: Apurar possível ilegalidade no edital do Pregão Presencial n. 06/2015 Processo Administrativo n. 11/2015, realizado pelo Município de Dois Irmãos do Buriti/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000981-0 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000924-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Juarez de Oliveira



Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual ato de improbidade administrativa na conduta do vereador Juarez de Oliveira ao insinuar, em sessão extraordinária, a cobrança de propina para aprovação do projeto de lei que altera o PCCR dos servidores públicos municipais e a origem de tal verba.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002318-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Amambai Madeiras Ltda. e outro

Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental, revelada pela formação de estoque de madeiras serradas, sem cobertura ou em desacordo com o documento de origem florestal-DOF.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003336-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: SINDIJUS - Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental na propriedade rural denominada Clube de Campo da Associação dos Servidores de Justiça/SINDIJUS de Ribas do Rio Pardo.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001510-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Califórnia

Assunto: Apurar os danos ambientais decorrentes da exploração de 8,57 hectares de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, na Fazenda Califórnia, de propriedade de Edvaldo Marcelo Dias.

7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000031-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Devanilso Barros Duarte

Assunto: Apurar a supressão de vegetação Mata Atlântica na propriedade rural "Fazenda Alvorada", em desacordo com a legislação vigente.

8. Inquérito Civil nº 06.2020.00000105-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Califórnia

Assunto: Apurar eventual irregularidade na utilização de fossa séptica conjunta sem condições de uso de restauração do Condomínio Residencial Alvorada, localizado na rua Alagoas, nº 54, Centro, em Sidrolândia/MS.

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002152-8

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados (Secretaria Municipal de Saúde)

Assunto: Apurar os motivos da suposta falta de medicação de uso contínuo na rede estadual de saúde para pacientes renais crônicos e transplantados de Dourados e macrorregião.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001189-0

76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar a falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Alves Pereira.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000408-1 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Corumbá

**4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000104-0**

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Bandeirantes e Augusta e Respeitável Loja Simbólica Vinte de Junho

Assunto: Apurar a situação de abandono do prédio urbano pertencente à "Augusta e Respeitável Loja Simbólica Vinte de Junho", matrícula n.º 439.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000505-8

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que bancos, lotéricas e cooperativas de crédito, em funcionamento no mercado de consumo de Naviraí/MS, estão deixando de observar procedimentos sanitários de ordenamento de consumidores que permanecem em filas de espera de atendimento em suas respectivas agências, colocando em risco a saúde deles e da coletividade.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000277-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Agropecuária Santa Luzia Adélia

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da degradação de Área de Preservação Permanente situada na propriedade rural denominada Fazenda Santa Adélia, neste município.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00002934-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual descumprimento da carga horária pelos servidores públicos lotados na área da saúde deste município de Glória de Dourados.

2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000781-5**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar notícia indicativa da prática de atos de improbidade administrativa, decorrentes da omissão de agentes penitenciários, no que tange ao homicídio ocorrido em 24.02.2017, na Penitenciária Estadual de Dourados.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000754-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Nossa Senhora Aparecida

Assunto: Apurar possível prática de desmatamento ocorrida em descordo com legislação vigente entre os anos de 2013 e 2015, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, de propriedade de Jeronimo Bernardes de Paula.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000016-3

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Flávio Costa Estevam & Cia Ltda. (dinneer.Com)

Assunto: Apurar eventual irregularidade cometida pelo site dinneer.com (Flávio Costa Estevam & Cia Ltda.) referente à prática de publicidade enganosa.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001205-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar



Assunto: Apurar eventuais irregularidades na regulamentação, bem como na utilização de diárias pelos vereadores do município de Jateí.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000569-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Sanesul

Assunto: Apurar a informação de que a SANESUL pretende explorar fontes superficiais de captação de água na cidade, com o fito de aquilatar os consectários ambientais decorrentes do aproveitamento hidrológico de mananciais para abastecimento urbano.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000799-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirantes

Assunto: Apurar irregularidades relacionadas à contratação de empresas para a prestação de serviços para os quais existem cargos e/ou funções na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirantes.

2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000025-5

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Atacadão Distribuição, Comércio e Indústria Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade da expedição da Guia de Diretrizes Urbanísticas 071/2015, do Termo de Compromisso 12/2015 e sua execução.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001817-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jeovane Félix de Oliveira

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa por Jeovane Félix de Oliveira, no exercício do cargo de Vereador de Bandeirantes entre 2001 e 2004.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001550-8

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de condutas lesivas aos direitos dos consumidores, colocando-os em evidente situação de vulnerabilidade, praticadas por proprietários e administradores de postos de combustíveis de Dourados, através do aumento arbitrário e sem justa causa do preço de combustíveis, no contexto do movimento grevista nacional da classe dos caminhoneiros.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000069-6

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Fátima do Sul

Assunto: Apurar eventuais irregularidades e omissões na estruturação e manutenção do Conselho Tutelar de Fátima do Sul/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00001000-6

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a negativa de matrícula e acesso à educação para alunos que necessitam cursar as etapas do Ensino Fundamental e Médio, período noturno, no Ensino de Jovens e Adultos EJA, na Escola Estadual Ernesto Solon Borges, em Bandeirantes/MS.

**6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000256-1 – SIGILOSO**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000015-2**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agência Estadual de Habitação - AGEHAB

Assunto: Verificar eventual irregularidade no atendimento da Agência Estadual de Habitação - AGEHAB aos mutuários do Sistema Nacional de Habitação - SNH.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001784-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Antônio João

Assunto: Apurar possível acumulação indevida de cargo no âmbito da Câmara Municipal de Antônio João.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003630-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Leonice Aparecida Pitteri Pinto

Assunto: Apurar irregularidade no armazenamento de combustível (óleo diesel) na Fazenda Anhumas.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000025-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jerson Nogueira Junior

Assunto: Apurar eventual ilícito ambiental praticado pelo proprietário do imóvel rural denominado Sítio JNJ, tendo em vista a indevida intervenção em área de preservação permanente.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000290-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Água Limpa

Assunto: Apurar eventual degradação das Áreas de Preservação Permanente do Rio Feio, Córrego Água Limpa e Córrego Fundo, localizadas no Município de Jardim e Guia Lopes da Laguna, em desacordo com a legislação ambiental.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001049-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Glória de Dourados

Assunto: Verificar eventuais irregularidades no funcionamento da Comunidade Terapêutica Vida Avivalista em razão de utilizar imóvel de propriedade do Município.

2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001187-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Viatur Transporte e Turismo Eireli EPP, Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas na contratação da empresa Viatur Transporte e Turismo Eireli EPP pelo Município de Ribas do Rio Pardo.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001707-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar



Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pelo ex-Secretário Municipal de Finanças de Nioaque/MS, em virtude da não apresentação dos documentos necessários à efetiva inspeção do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, apesar de estarem em posse do Município.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00002088-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rafael Viscardi Mendonça

Assunto: Verificar possível dano ambiental ocorrido na propriedade rural denominada Fazenda Três Marias, localizada no Município de Nioaque/MS, referente a constatação de desmatamento referido no parecer do NUGEO n. 132/2016, no bojo da “Operação Cachorro-Vinagre” pelo NUGEO/CAOMA/PGJ.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001947-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nilo José Vetorazzi

Assunto: Apurar possível prática de desmatamento ocorrida em desacordo com a legislação vigente entre 02/02/2014 e 29/08/2014, na Fazenda Boa Vista, de propriedade de Nilo José Vetorazzi.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002209-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ambiental ocorrido na Colônia Padroeira do Brasil, loteamento Capatazia, localizado no Município de Nioaque/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003556-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades atinentes ao quadro de servidores do Município de Nova Alvorada do Sul.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001611-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Arial Antônio Pesqueira

Assunto: Apurar o desmatamento de 1,31 hectares de vegetação nativa em área de Várzeas Ocupadas, na propriedade rural Fazenda Casa Branca (CARMS0017221), no Município de Maracaju/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 352/19/NUGEO, Programa DNA Ambiental 2016-2017.

8. Inquérito Civil nº 06.2020.00000741-2

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar a notícia de que a Igreja Pentecostal Salvando Vidas Para Cristo, localizada na Avenida Amambai, n. 1439, na cidade de Naviraí, estaria deixando de observar procedimentos sanitários de ordenamento de cidadãos que não são mantidos com correta separação entre eles e permanecem em ocupação acima da permitida, colocando em risco a saúde deles e da coletividade, dentre outras irregularidades, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

9. Inquérito Civil nº 06.2020.00000755-6

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Volpato & Santos LTDA-ME.

Assunto: Apurar a notícia de que Volpato & Santos LTDA-ME teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

**10. Inquérito Civil nº 06.2018.00001932-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Antônio João

Assunto: Apurar a observância da legislação urbanística e ambiental do Loteamento Portal da Serra, localizado no município de Antônio João/MS.

11. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000341-6 – SIGILOS

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Fátima do Sul

12. Inquérito Civil nº 06.2019.00000897-7

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a eventual ocorrência de danos ao erário público em razão de suposto sobrepreço praticado no procedimento de dispensa de licitação 149/2017 da Prefeitura de Naviraí.

13. Inquérito Civil nº 06.2019.00000887-7 – SIGILOS

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

14. Inquérito Civil nº 06.2019.00001702-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mardônio Gonçalves Silva

Assunto: Apurar o contido no auto de infração 20983, constante em supressão de vegetação nativa objeto de preservação na Fazenda Santa Helena em Naviraí.

15. Inquérito Civil nº 06.2018.00001385-4

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de medicamentos nas farmácias municipais e a contratação de compra de remédio inexistente na tabela do SUS.

16. Inquérito Civil nº 06.2017.00001860-1 – SIGILOS

9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Três Lagoas

17. Inquérito Civil nº 06.2016.00000435-8

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ouvidoria/Anônima

Requerido: Empresa de Consultoria IMDICO

Assunto: Apurar supostas irregularidades no contrato firmado com a Câmara Municipal de Aquidauana.

18. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001445-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Poder Executivo de Cassilândia

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas contribuições do Poder Executivo Municipal a entidades nacionais e estaduais de representação, em desacordo com os parâmetros fixados pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (Deliberação PAC 009/2018-Processo TCMS 8028/2015).

19. Inquérito Civil nº 06.2018.00003052-0

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Rio Negro

Assunto: Apurar situação de risco do Abrigo do Município de Rio Negro, bem como pleitear sua revitalização e funcionamento.

**20. Inquérito Civil nº 06.2020.00000628-0**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Phoenix Tower Participações S.A

Assunto: Apurar a falta de licenciamento perante a Agência Nacional de Telecomunicações para instalação da Estação de Rádio Base, localizada na Rua João Pedro Pedrossian, n. 273, Bairro Taveirópolis, nesta Capital.

2.1.8. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001006-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Juliano Alves Marangoni

Assunto: Apurar eventual dano ao meio ambiente consistente no uso irregular para atividade agrícola de 8,9267ha de área destinada a preservação permanente, na propriedade rural denominada Fazenda Nossa Senhora Aparecida, matrícula do imóvel nº 5.459, no município de Deodápolis/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002511-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim/MS

Assunto: Apurar suposto uso irregular de retroescavadeira pelo município de Coxim, nas obras das casas populares do Taquari 2, uma vez que referido veículo teria sido doado com a condição de que fosse utilizado somente para escavar tanques de piscicultura em favor de pequenos produtores.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000216-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa praticados por servidores públicos municipais, consistentes em solicitar vantagem indevida para prestação de incentivos à empresa pertencente à pessoa de Yong Ho Shin.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000908-7

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mercado Oliveira, Jaime Carlos de Oliveira Filho

Assunto: Apurar eventual irregularidade praticada pelo Mercado Oliveira, de propriedade de Jaime Carlos de Oliveira Filho, situado na Rua Antônio João, nº 308, consistente na exposição de produtos vencidos e precárias condições de refrigeração.

2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000241-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Construtora Caiapó Ltda.

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental em Área de Preservação Permanente do Córrego Mantena, localizada às margens da BR-262 deste Município, praticado pela pessoa jurídica de direito privado Construtora Caiapó Ltda.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000782-3

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Unimed - Campo Grande MS Cooperativa de Serviços Médicos Ltda.

Assunto: Apurar possível prejudicialidade aos direitos coletivos (lato sensu) dos consumidores em razão da prática de cobrança indevida de valores (honorários de instrumentador) por médicos credenciados à UNIMED Campo Grande MS.

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001823-1**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Jari Alves Corrêa

Requerida: Prefeitura Municipal de Camapuã

Assunto: Apurar eventuais ilegalidades em repasses financeiros destinados à Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Camapuã – SPROMIC, decorrentes da celebração de convênio entre a Prefeitura Municipal de Camapuã e o Hospital.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001534-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Glória de Dourados

Assunto: Apurar a prática de nepotismo pelo Prefeito Municipal em razão da contratação de prestador de serviço que é genitor de servidor que já exerce o cargo de chefia no âmbito do Poder Executivo do município de Glória de Dourados/MS.

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/PGJ/2020****PROCESSO Nº PGJ/10/0791/2020****UASG 453860**

Homologado o resultado e a regularidade da licitação Pregão Eletrônico nº 23/PGJ/2020 (Processo nº PGJ/10/0791/2020).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para locação de equipamentos para fornecimento de energia ininterrupta (UPS), capacidade 60 kVA, incluindo os serviços de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento e substituição de peças e componentes de nobreaks, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vencedora: POS-DADOS COMERCIO E SERVICOS DE ASSISTENCIA TECNICA LT, para o item 1 (único), no valor de R\$ 10.900,00 (mensal), totalizando R\$ 261.600,00, para o período de 24 meses.

Campo Grande, 25 de setembro de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/PGJ/2020****PROCESSO Nº PGJ/10/2041/2020****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que, com referência ao Pregão Eletrônico nº 24/PGJ/2020 - Processo nº PGJ/10/2041/2020), destinado a aquisição de materiais para Proteção Individual - EPIS, para atender o Ministério Público Estadual, a sessão de abertura dos envelopes foi suspensa para reanálise das condições do objeto.

Campo Grande, 25 de setembro de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/PGJ/2020****PROCESSO Nº PGJ/10/2030/2020****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 25/PGJ/2020 (Processo nº PGJ/10/2030/2020).

Objeto: Contratação de empresa para prestação serviços de comunicação de dados do Ministério Público Estadual, pelo período de 36 meses.

- Abertura das propostas: dia 19 de outubro de 2020, às 14 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF).

- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 28 setembro de 2020 por meio dos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Gestão e Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 23/09/2020:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Josiane Sanches de Mamann Zillo;
- Suplente do Pregoeiro: Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplente da Equipe de Apoio: Luiz Fernando Koyanagi e Emerval Carmona Gomes;
- Gestão e Fiscalização do Contrato: Secretaria de Administração/PGJ e Secretaria de Tecnologia da Informação/PGJ.

Campo Grande, 25 de setembro de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 67/PGJ/2019**

Processo PGJ/10/4186/2019

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **JR RIBEIRO JUNIOR TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, representada por **José Roberto Ribeiro Junior**.

Procedimento licitatório: Dispensa de Licitação.

Amparo legal: artigo 57, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Prorrogar a vigência contratual** por mais 12 (doze) meses, sem ônus para a Administração.

Vigência: 21.11.2020 até 21.11.2021.

Data da assinatura: 25 de setembro de 2020.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****BONITO****EDITAL N. 0066/2020/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito MS torna pública a instauração do inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2020.00001093-9

Requerente: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito/MS

Requerido: Flavio Ferreira Giovine Filho

Assunto: Apurar desmatamento de 3,54 hectares em áreas de Savana (cerrado), na Fazenda Taboca do Rio Mimoso, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 212/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2020).

Bonito MS, 16 de setembro de 2020.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

CAMAPUÃ**RECOMENDAÇÃO 0001/2020/PE14Z/CMP**

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO aos diretórios municipais dos partidos políticos dos municípios de Camapuã e Figueirão, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a proximidade das convenções partidárias (31 de agosto a 16 de setembro – EC 107/2020), bem como a necessidade de os Partidos respeitarem toda a legislação eleitoral, especialmente a Lei 9.504/97 e as disposições da Resolução TSE n. 23.609/2019, que disciplina os procedimentos de escolha e registro dos candidatos nas eleições 2020;

CONSIDERANDO que o órgão partidário municipal deve estar devidamente constituído e registrado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral até a data da convenção (art. 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que nas Eleições 2020 estão vedadas as coligações proporcionais, ou seja, para vereador, bem como cada partido só pode registrar candidatos até 150% das vagas a preencher (art. 17, § 1º, CF; art. 10, da Lei 9.504/97 e Consulta TSE n. 600805-31/DF);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97, e no artigo 17, § 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019, que determinam que cada partido deve preencher, nas eleições proporcionais, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero;



CONSIDERANDO que no cálculo do percentual mínimo (30%), de observância obrigatória, o arredondamento de qualquer fração deve ser sempre para cima, nos termos do art. 17, § 3º, da Resolução TSE n. 23.609/2019 (assim, por exemplo, se o Partido lançar um total de 14 candidatos, terá que ter no mínimo 5 mulheres, pois 30% de 14 é igual a 4,2, que deve ser arredondado para 5, e o máximo de 9 homens);

CONSIDERANDO que o cálculo dos percentuais de candidatos para cada gênero terá como base o número de candidaturas efetivamente requeridas pelo partido e deverá ser observada também nos casos de vagas remanescentes ou de substituição, sob pena de indeferimento do pedido de registro do partido – DRAP, e, por consequência, o indeferimento de todos os candidatos a vereador daquele partido (art. 17, §§ 4º e 6º e art. 48, da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que a inclusão de candidaturas fictícias ou candidaturas-laranja, apenas para preencher o percentual mínimo de 30% exigido em lei, pode caracterizar abuso do poder político ou fraude eleitoral, que acarreta o indeferimento ou a cassação de todos os candidatos do partido, mesmo que já eleitos, seja através da Ação de Investigação Judicial Eleitoral - AIJE (art. 22, da LC 64/90, quando detectado antes da diplomação), seja através da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo - AIME (art. 14, § 10, da CF, quando o fato for detectado após a diplomação), conforme vários precedentes do TSE nesse sentido, como, por exemplo, no Recurso Especial Eleitoral nº 19392, de 04/10/2019; na Ação Cautelar nº 060048952, de 12/03/2020 e no Recurso Especial Eleitoral nº 319, de 12/03/2020;

CONSIDERANDO que a apresentação de candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, pode caracterizar crime de falsidade ideológica (art. 350, do Código Eleitoral) e ato improbidade administrativa, acarretando para o agente a obrigação de devolver ao erário o que recebido durante a licença, além das demais sanções previstas na Lei n. 8.429/92 (multa, suspensão dos direitos políticos, perda do cargo, etc.);

CONSIDERANDO que os candidatos devem preencher todas as condições de elegibilidade (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e não incidir em nenhuma das causas de inelegibilidade (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019);

CONSIDERANDO que as causas de inelegibilidades previstas na Lei Complementar n. 64/1990, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), serão aplicadas integralmente nas eleições de 2020, pois foram declaradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (julgamento conjunto das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 29 e 30 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.4578 em 16/02/2012), inclusive sobre fatos pretéritos e pelo prazo de 8 (oito anos) anos do fato gerador da inelegibilidade previsto em lei, o que impõe aos Partidos Políticos critérios rigorosos na escolha e indicação de seus candidatos para que, além de preencherem as condições de elegibilidade, não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade;

CONSIDERANDO que a ata das convenções partidárias deve obedecer aos requisitos e procedimentos formais previstos no art. 6º, § 3º ao 9º e no art. 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

CONSIDERANDO que a ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura poderá ser suprida pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE n. 55) ou por declaração de próprio punho do candidato, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, sob pena de indeferimento do registro de candidatura;

CONSIDERANDO que eventuais certidões criminais positivas de candidato devem ser acompanhadas de certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO que o RCC já deve ser apresentado com a prova da desincompatibilização, se for o caso, para os candidatos que a lei exige o afastamento prévio, conforme exige o art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO o prazo exíguo entre o final das convenções (dia 16 de setembro) e o registro de candidaturas (dia 26 de setembro), bem como que o pedido de registro perante a Justiça Eleitoral deverá ser apresentado somente em meio digital gerado pelo Sistema CANDex, com transmissão pela internet, até o dia anterior ou com entrega em mídia à



Justiça Eleitoral, até as 19h do dia 26/09, instruídos eletronicamente com vários documentos exigidos pela legislação (ver arts. 18 a 30 da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que os formulários de DRAP e RRC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, devem ser impressos e assinados pelos responsáveis. Ademais, os formulários e documentos devem ficar sob a guarda dos respectivos partidos políticos ou coligações até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais. Permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado. Podendo, inclusive, serem requisitados à exibição pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE n. 23.610/2019);

CONSIDERANDO que, mesmo escolhidos em convenção partidária, a propaganda eleitoral dos candidatos só é permitida após 26 de setembro de 2020, nos termos do art. 1º, § 1º, IV, da EC 107/2020, e forma da Resolução TSE n. 23.610/2019, bem como a arrecadação e gastos de campanha só são permitidos após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito;

CONSIDERANDO que, em razão da atual pandemia de COVID-19, o TSE considerou lícita a realização de convenções partidárias por meio virtual, bem como regulamentou a situação na Resolução TSE n. 23.623/2020, o que restou positivado na EC 107/2020, art. 1º, § 3º, III;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para evitar atos viciosos nas eleições e o tumulto do processo eleitoral, especialmente no processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações;

RESOLVE RECOMENDAR AOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DOS PARTIDOS POLÍTICOS NOS MUNICÍPIOS DE CAMAPUÃ E FIGUEIRÃO que, sem prejuízo de observar toda a legislação eleitoral:

1 – Verifiquem, antes da convenção, se o órgão de direção partidária municipal está devidamente constituído e regularizado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral, conforme exige o art. 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019. Em regra, a consulta está disponível no site do respectivo Tribunal Regional Eleitoral, na aba “Partidos”; ou em contato com mesmo Tribunal;

2 – Diante da vedação das coligações proporcionais, escolham em convenção candidatos até o máximo de 150% das vagas a preencher, nos termos do art. 17, § 1º, CF; do art. 10, da Lei 9.504/97 e da Consulta TSE n. 600805-31/DF;

3 - Observem o preenchimento de no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero, mantendo estas porcentagens durante todo o processo eleitoral, mesmo no caso de preenchimento de vagas remanescentes ou de substituições, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, conforme artigo 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

4 - Formem suas listas de candidatos a Vereador com no mínimo 30% do gênero minoritário, calculando esse percentual sobre o número total de candidatos efetivamente levados a registro e arredondando qualquer fração sempre para cima, conforme artigo 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

5 - Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a Vereador, de candidaturas fictícias ou candidaturas-laranja, ou seja, de pessoas que não disputarão efetivamente a eleição, não farão campanha e não buscarão os votos dos eleitores, especialmente para o preenchimento do mínimo de 30% da cota de gênero, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, que pode ser objeto de ação judicial antes ou depois da diplomação (AIJE ou AIME), bem como possível caracterização de crime eleitoral;

6 – Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a Vereador, de candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, sob pena de caracterização crime de crime eleitoral e ato improbidade administrativa;



7 – Só escolham em convenção candidatos que preenchem todas as condições de elegibilidade (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019), notadamente aquelas previstas no art. 14, § 4º ao 8º, da Constituição Federal, e todas as hipóteses previstas na Lei Complementar n. 64/1990, Lei das Inelegibilidades, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa. Para tanto, os Partidos devem fazer uma análise minuciosa da situação jurídica e da vida pregressa dos seus pré-candidatos, para evitar candidatos “ficha suja”, os quais podem ter o registro de candidatura indeferido, pois além da cassação do registro ou diploma, os votos serão retirados do quociente eleitoral no sistema proporcional, prejudicando, assim, o próprio Partido;

8 – Observem os requisitos e procedimentos legais referentes à ata das convenções partidárias, especialmente os previstos no art. 6º, § 3º ao 9º e no art. 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019, inclusive a necessidade de transmissão ou entrega em mídia do arquivo da ata gerado pelo CANDex à Justiça Eleitoral no dia seguinte da convenção;

9 – Acompanhem e fiscalizem para que, na ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura, o respectivo candidato supra a falta pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE n. 55) ou por uma declaração de próprio punho, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, salvo nova previsão do TSE em razão da pandemia de Covid-19;

10 – Caso alguma certidão criminal de candidato for positiva, já juntar ao respectivo RRC a certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

11 – Caso algum candidato, por exigência legal, tenha que se desincompatibilizar, já juntar ao respectivo RRC a prova da desincompatibilização, com fulcro art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

12 – Diante do exíguo prazo entre o fim das convenções e o registro de candidatura, providenciem com antecedência toda a documentação necessária para preencher e instruir o DRAP e o RRC (arts. 18 a 30 da Resolução TSE n. 23.609/2019). Quanto ao DRAP do partido, merece destaque os arts. 22 e 23, da Resolução TSE n. 23.609/2019, e quanto ao RRC dos candidatos, os arts. 24 a 27, da mesma Resolução, que contem um rol de informações e documentos que serão necessários;

13 – Mantenham sob a guarda do Partido ou Coligação os formulários de DRAP e RCC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, os quais devem ser impressos e assinados pelos responsáveis e guardados até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais. Permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado. Inclusive, para serem exibidos caso sejam requisitados pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE n. 23.610/2019);

14 – Orientem e fiscalizem para que os candidatos, mesmo após escolhidos em convenção partidária, só realizem propaganda eleitoral a partir de 27 de setembro de 2020 (EC 107/2020), nos termos e forma da Resolução TSE n. 23.610/2019, bem como só façam arrecadação e gastos de campanha após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito;

15 – Em razão da atual pandemia de COVID-19, para evitar aglomerações, realizem convenções virtuais, bem como observem as diretrizes para sua realização fixadas pelo Grupo de Trabalho do TSE (Resolução TSE n. 23.623/2020);

16 – Evitem deixar para os últimos dias o protocolo dos DRAPs e dos RRCs, evitando assim riscos e facilitando o julgamento dos pedidos de registro pela Justiça Eleitoral.

Além disso, o Ministério Público Eleitoral REQUISITA que os Diretórios Municipais dos Partidos informem a esta Promotoria, no prazo de até 5 (cinco) dias depois da respectiva convenção partidária: a) o nome completo das candidatas que compõem o percentual mínimo de 30% da cota de gênero; b) o nome completo de eventuais servidores públicos, civis ou militares, que serão candidatos pelo partido. A resposta deve ser enviada no seguinte e-mail



promotoriascamapua@mpms.mp.br ou entregue no seguinte endereço: Rua Ferreira da Cunha, n.º 472 – Vila Diamantina, Camapuã/MS, CEP – 79.420-000.

Por fim, para ciência e divulgação, dado o interesse público das informações aqui veiculadas, determino o envio de cópia desta Recomendação, inclusive por meio e-mail, se necessário: a) aos diretórios municipais dos partidos políticos dos municípios de Camapuã e Figueirão; b) ao Juiz Eleitoral desta Zona Eleitoral; c) ao Presidente da OAB local; d) à Câmara de Vereadores, e e) à Prefeitura Municipal.

Publique-se, também, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público.

Camapuã-MS, 18 de setembro de 2020.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA
Promotor Eleitoral

FÁTIMA DO SUL

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 09.2020.00002695-3

PORTARIA 0002/2020/4 ZE/FSU

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
2. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Junte-se a Recomendação que segue anexo, promovendo-se as devidas notificações.



4. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se, com urgência.

Fátima do Sul, 12 de agosto de 2020.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 09.2020.00002696-4

PORTARIA 0003/2020/4 ZE/FSU

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a legalidade do processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações nas Eleições 2020;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar a legalidade do processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações nas Eleições 2020, no município de Fátima do Sul.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio;
2. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Junte-se a Recomendação que segue anexo, promovendo-se as devidas notificações.
4. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se, com urgência.

Fátima do Sul, 12 de agosto de 2020.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça

**PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 09.2020.00002697-5****PORTARIA 0004/2020/4 ZE/FSU**

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a legalidade do processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações nas Eleições 2020;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar a legalidade do processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações nas Eleições 2020, no município de Vicentina.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio;
2. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Junte-se a Recomendação que segue anexo, promovendo-se as devidas notificações.
4. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se, com urgência.

Fátima do Sul, 12 de agosto de 2020.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça

**PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 09.2020.00002698-6****PORTARIA 0005/2020/4 ZE/FSU**

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº. 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC nº 75/93.;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a legalidade do processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações nas Eleições 2020;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar a legalidade do processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações nas Eleições 2020, no município de Jateí.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio;
2. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Junte-se a Recomendação que segue anexo, promovendo-se as devidas notificações.
4. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se, com urgência.

Fátima do Sul, 12 de agosto de 2020.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça

**AUTOS Nº MP: 09.2020.00002695-3**

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil

Objeto: Acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020..

RECOMENDAÇÃO Nº 002/2020/4ª ZE

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o art. 73, VI, alínea “b”, da Lei n. 9.504/97, proíbe a autorização e a veiculação – pelas esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa – de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de 15-agosto-2020, qualquer que seja o seu conteúdo, ressalvadas as situações de grave e urgente necessidade, mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral ou a propaganda de produtos que tenham concorrência no mercado:

“b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”

CONSIDERANDO que a EC n. 107/2020, no art. 1º, § 3º, inciso VIII, autoriza também, desta vez sem necessidade de autorização prévia da Justiça Eleitoral, a publicação de conteúdos relacionados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, mesmo nos três meses anteriores à eleição, ao mesmo tempo que adverte o gestor público quanto à possibilidade de caracterização de conduta abusiva:

“VIII - no segundo semestre de 2020, poderá ser realizada a publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais e de suas respectivas entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990”.

CONSIDERANDO que a publicação de atos oficiais como leis, decretos, portarias, dentre outros, por ser requisito de validade do ato, não caracteriza publicidade institucional, daí que não abrangida pela vedação (Ac.-TSE, de 7.11.2006, no REspe nº 25.748);

CONSIDERANDO que o mesmo art. 73, no inciso VII, c/c o art. 1º, § 3º, inciso VII, da EC n. 107/2020, fixa limite máximo de gastos que a administração pode fazer com publicidade institucional de 01 de janeiro de 2020 a 15 de agosto de 2020, que não poderá ultrapassar a média dos 2 (dois) primeiros quadrimestres (de janeiro a agosto) dos 3 (três) últimos anos, não se incluindo nos gastos de 2020 somente àqueles que forem previamente autorizados pela Justiça Eleitoral, em eventuais situações de grave e urgente necessidade pública:

“VII - em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral” (EC 107/2020);

CONSIDERANDO que o art. 74, também da Lei n. 9.504/97, descreve como abuso de poder político a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que vá além da informação, educação e orientação social e contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, da CF), conduta que se apresenta grave e perturbadora da normalidade e legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que publicidade institucional é toda e qualquer divulgação de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, produzida, confeccionada, mantida e/ou veiculada com recursos – financeiros ou



humanos – públicos nos mais diversos meios de comunicação: rádio, TV, jornais, revistas, informativos, panfletos, placas, faixas, cartazes, sites, blogs, redes sociais, dentre outros;

CONSIDERANDO, repita-se, que sites, perfis, páginas, ou contas mantidos pela administração municipal na Internet, em redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas, como meio de divulgação dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, são veículos de publicidade institucional, que também devem observar os limites do art. 37, § 1º, da CF, e do art. 73, Incisos VI, “b” e VII, c/c o art. 1º, § 3º, VII e VIII, da EC n. 107/2020;

CONSIDERANDO que, em 2020, essas vedações aplicam-se aos poderes Executivo e Legislativo municipais e a todos os órgãos da administração, inclusive às entidades da administração indireta;

CONSIDERANDO que a publicidade institucional desvirtuada, que contemple a promoção pessoal, caracteriza também improbidade administrativa (art. 73, § 7º, da Lei n. 9.504/97), por ofensa, principalmente, ao princípio da impessoalidade;

CONSIDERANDO que a lei prevê cassação do registro ou diploma do candidato beneficiado pela publicidade institucional desvirtuada (art. 73, § 5º, e art. 74, ambos da Lei n. 9.504/97), além de inelegibilidade dos agentes das condutas vedadas ou abusivas (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90), o que impõe transtornos ao processo eleitoral e frustrações ao eleitorado, pois da cassação advém a necessidade de novas eleições;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições – como os aqui indicados – e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes na candidatura,

RECOMENDA aos Srs. Prefeitos Municipais dos Municípios de Fátima do Sul, Vicentina e Jateí, e aos respectivos Srs. Presidentes das Câmaras, aos Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais alcançados pelas mencionadas disposições:

1) Que não permitam, a qualquer tempo (art. 74, da Lei das Eleições, c/c art. 37, § 1º, da CF), a veiculação de publicidade institucional que, pelo conteúdo da informação ou pela inserção de nomes, símbolos ou imagens, possa promover pessoas ao eleitorado;

2) Que, a partir de 15-agosto-2020 (art. 73, VI, “b”, da Lei das Eleições, c/c a EC n. 105/2020), não autorize e nem permita a veiculação de qualquer publicidade institucional, qualquer que seja o seu conteúdo, salvo (a) as que relacionadas ao enfrentamento à COVID-19; (b) nos demais casos de grave e urgente necessidade, neste caso pleiteando prévia autorização da Justiça Eleitoral; ou (c) propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado. Ressalta-se que, os boletins e as campanhas de combate à Covid-19, que já vem sendo divulgados pelos municípios há vários meses, são naturalmente repercutidos por todos os meios de comunicação locais, sem necessidade de qualquer incremento nesta publicidade, sob pena, inclusive, de configurar conduta abusiva, nos termos do art. 22, da LC n. 64/90;

3) Que, até 14-agosto-2020, cuide da retirada da publicidade institucional veiculada por meio de placas, faixas, cartazes, outdoors, sites na Internet, perfis, páginas ou contas em redes sociais e aplicações de mensagens instantâneas, dentre outros, admitida a permanência (i) de “placas de obras públicas, desde que não contenham expressões que possam identificar autoridades, servidores ou administrações cujos dirigentes estejam em campanha eleitoral” (Ac. TSE de 14.4.2009, no RESPE n. 26.448) e que se limitem a identificar o bem ou serviço público, e (ii) de qualquer publicidade relacionada ao enfrentamento da COVID-19, desde que nos limites da informação, educação e orientação social, sem promoção pessoal;

4) Que, de 01 janeiro a 15 agosto de 2020, não permita o incremento da publicidade institucional, cuidando para que a administração não gaste neste período mais do que, em média, gastou com a publicidade nos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos anos de 2017, 2018 e 2019, salvo o gasto previamente autorizado pela Justiça Eleitoral.



Lembra, por oportuno, que a inobservância das vedações do art. 73, da Lei n. 9.504/97, sujeita o infrator, servidor público ou não, além da cassação do registro ou do diploma, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (de R\$ 5.300,00 a R\$ 106.000,00 aproximadamente). E que o desvirtuamento da publicidade institucional (art. 37, § 1º, da CF), caracterizado o abuso de poder, impõe a inelegibilidade de 8 anos ao agente e também a cassação dos eleitos (art. 74, da Lei n. 9.504/97).

Cientifique-se desta Recomendação os Prefeito Municipais, o Presidentes da Câmara de Vereadores e os Procuradores-Gerais dos Municípios de Fátima do Sul, Vicentina e Jateí, para que estes últimos comuniquem os Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista mantidas pelo Município.

Publique-se a presente RECOMENDAÇÃO no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Fátima do Sul, 12 de agosto de 2020.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça

AUTOS N° MP: 09.2020.00002696-4

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil

Objeto: acompanhar a legalidade do processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações nas Eleições 2020, no município de Fátima do Sul.

RECOMENDAÇÃO N° 0003/2020/4 ZE/FSU

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO aos diretórios municipais dos partidos políticos do município de Fátima do Sul, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a proximidade das convenções partidárias (31 de agosto a 16 de setembro – EC 107/2020), bem como a necessidade de os Partidos respeitarem toda a legislação eleitoral, especialmente a Lei 9.504/97 e as disposições da Resolução TSE n. 23.609/2019, que disciplina os procedimentos de escolha e registro dos candidatos nas eleições 2020;

CONSIDERANDO que o órgão partidário municipal deve estar devidamente constituído e registrado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral até a data da convenção (art. 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que nas Eleições 2020 estão vedadas as coligações proporcionais, ou seja, para vereador, bem como cada partido só pode registrar candidatos até 150% das vagas a preencher (art. 17, § 1º, CF; art. 10, da Lei 9.504/97 e Consulta TSE n. 600805-31/DF);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, § 3º, da Lei n.º 9.504/97, e no artigo 17, § 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019, que determinam que cada partido deve preencher, nas eleições proporcionais, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero;

CONSIDERANDO que no cálculo do percentual mínimo (30%), de observância obrigatória, o arredondamento de qualquer fração deve ser sempre para cima, nos termos do art. 17, § 3º, da Resolução TSE n. 23.609/2019 (assim, por



exemplo, se o Partido lançar um total de 14 candidatos, terá que ter no mínimo 5 mulheres, pois 30% de 14 é igual a 4,2, que deve ser arredondado para 5, e o máximo de 9 homens);

CONSIDERANDO que o cálculo dos percentuais de candidatos para cada gênero terá como base o número de candidaturas efetivamente requeridas pelo partido e deverá ser observada também nos casos de vagas remanescentes ou de substituição, sob pena de indeferimento do pedido de registro do partido – DRAP, e, por consequência, o indeferimento de todos os candidatos a vereador daquele partido (art. 17, §§ 4º e 6º e art. 48, da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que a inclusão de candidaturas fictícias ou candidaturas-laranja, apenas para preencher o percentual mínimo de 30% exigido em lei, pode caracterizar abuso do poder político ou fraude eleitoral, que acarreta o indeferimento ou a cassação de todos os candidatos do partido, mesmo que já eleitos, seja através da Ação de Investigação Judicial Eleitoral - AIJE (art. 22, da LC 64/90, quando detectado antes da diplomação), seja através da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo - AIME (art. 14, § 10, da CF, quando o fato for detectado após a diplomação), conforme vários precedentes do TSE nesse sentido, como, por exemplo, no Recurso Especial Eleitoral nº 19392, de 04/10/2019; na Ação Cautelar nº 060048952, de 12/03/2020 e no Recurso Especial Eleitoral nº 319, de 12/03/2020;

CONSIDERANDO que a apresentação de candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, pode caracterizar crime de falsidade ideológica (art. 350, do Código Eleitoral) e ato improbidade administrativa, acarretando para o agente a obrigação de devolver ao erário o que recebido durante a licença, além das demais sanções previstas na Lei n. 8.429/92 (multa, suspensão dos direitos políticos, perda do cargo, etc.);

CONSIDERANDO que os candidatos devem preencher todas as condições de elegibilidade (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e não incidir em nenhuma das causas de inelegibilidade (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019);

CONSIDERANDO que as causas de inelegibilidades previstas na Lei Complementar n. 64/1990, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), serão aplicadas integralmente nas eleições de 2020, pois foram declaradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (julgamento conjunto das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 29 e 30 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.4578 em 16/02/2012), inclusive sobre fatos pretéritos e pelo prazo de 8 (oito anos) anos do fato gerador da inelegibilidade previsto em lei, o que impõe aos Partidos Políticos critérios rigorosos na escolha e indicação de seus candidatos para que, além de preencherem as condições de elegibilidade, não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade;

CONSIDERANDO que a ata das convenções partidárias deve obedecer aos requisitos e procedimentos formais previstos no art. 6º, § 3º ao 9º e no art. 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

CONSIDERANDO que a ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura poderá ser suprida pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE n. 55) ou por declaração de próprio punho do candidato, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, sob pena de indeferimento do registro de candidatura;

CONSIDERANDO que eventuais certidões criminais positivas de candidato devem ser acompanhadas de certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO que o RCC já deve ser apresentado com a prova da desincompatibilização, se for o caso, para os candidatos que a lei exige o afastamento prévio, conforme exige o art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO o prazo exíguo entre o final das convenções (dia 16 de setembro) e o registro de candidaturas (dia 26 de setembro), bem como que o pedido de registro perante a Justiça Eleitoral deverá ser apresentado somente em meio digital gerado pelo Sistema CANDex, com transmissão pela internet, até o dia anterior ou com entrega em mídia à Justiça Eleitoral, até as 19h do dia 26/09, instruídos eletronicamente com vários documentos exigidos pela legislação (ver arts. 18 a 30 da Resolução TSE n. 23.609/2019);



CONSIDERANDO que os formulários de DRAP e RRC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, devem ser impressos e assinados pelos responsáveis. Ademais, os formulários e documentos devem ficar sob a guarda dos respectivos partidos políticos ou coligações até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais. Permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado. Podendo, inclusive, serem requisitados à exibição pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE n. 23.610/2019);

CONSIDERANDO que, mesmo escolhidos em convenção partidária, a propaganda eleitoral dos candidatos só é permitida após 26 de setembro de 2020, nos termos do art. 1º, § 1º, IV, da EC 107/2020, e forma da Resolução TSE n. 23.610/2019, bem como a arrecadação e gastos de campanha só são permitidos após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito;

CONSIDERANDO que, em razão da atual pandemia de COVID-19, o TSE considerou lícita a realização de convenções partidárias por meio virtual, bem como regulamentou a situação na Resolução TSE n. 23.623/2020, o que restou positivado na EC 107/2020, art. 1º, § 3º, III;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para evitar atos viciosos nas eleições e o tumulto do processo eleitoral, especialmente no processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações;

RESOLVE RECOMENDAR AOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DOS PARTIDOS POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE FÁTIMA DO SUL que, sem prejuízo de observar toda a legislação eleitoral:

1 – Verifiquem, antes da convenção, se o órgão de direção partidária municipal está devidamente constituído e regularizado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral, conforme exige o art. 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019. Em regra, a consulta está disponível no site do respectivo Tribunal Regional Eleitoral, na aba “Partidos”; ou em contato com mesmo Tribunal;

2 – Diante da vedação das coligações proporcionais, escolham em convenção candidatos até o máximo de 150% das vagas a preencher, nos termos do art. 17, § 1º, CF; do art. 10, da Lei 9.504/97 e da Consulta TSE n. 600805-31/DF;

3 - Observem o preenchimento de no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero, mantendo estas porcentagens durante todo o processo eleitoral, mesmo no caso de preenchimento de vagas remanescentes ou de substituições, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, conforme artigo 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

4 - Formem suas listas de candidatos a Vereador com no mínimo 30% do gênero minoritário, calculando esse percentual sobre o número total de candidatos efetivamente levados a registro e arredondando qualquer fração sempre para cima, conforme artigo 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

5 - Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a Vereador, de candidaturas fictícias ou candidaturas-laranja, ou seja, de pessoas que não disputarão efetivamente a eleição, não farão campanha e não buscarão os votos dos eleitores, especialmente para o preenchimento do mínimo de 30% da cota de gênero, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, que pode ser objeto de ação judicial antes ou depois da diplomação (AIJE ou AIME), bem como possível caracterização de crime eleitoral;

6 – Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a Vereador, de candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, sob pena de caracterização crime de crime eleitoral e ato improbidade administrativa;

7 – Só escolham em convenção candidatos que preencham todas as condições de elegibilidade (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade (arts. 11, 12 e 13 da Resolução



TSE nº 23.609/2019), notadamente aquelas previstas no art. 14, § 4º ao 8º, da Constituição Federal, e todas as hipóteses previstas na Lei Complementar n. 64/1990, Lei das Inelegibilidades, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa. Para tanto, os Partidos devem fazer uma análise minuciosa da situação jurídica e da vida pregressa dos seus pré-candidatos, para evitar candidatos “ficha suja”, os quais podem ter o registro de candidatura indeferido, pois além da cassação do registro ou diploma, os votos serão retirados do quociente eleitoral no sistema proporcional, prejudicando, assim, o próprio Partido;

8 – Observem os requisitos e procedimentos legais referentes à ata das convenções partidárias, especialmente os previstos no art. 6º, § 3º ao 9º e no art. 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019, inclusive a necessidade de transmissão ou entrega em mídia do arquivo da ata gerado pelo CANDex à Justiça Eleitoral no dia seguinte da convenção;

9 – Acompanhem e fiscalizem para que, na ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura, o respectivo candidato supra a falta pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE n. 55) ou por uma declaração de próprio punho, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, salvo nova previsão do TSE em razão da pandemia de Covid-19;

10 – Caso alguma certidão criminal de candidato for positiva, já juntar ao respectivo RRC a certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

11 – Caso algum candidato, por exigência legal, tenha que se desincompatibilizar, já juntar ao respectivo RRC a prova da desincompatibilização, com fulcro art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

12 – Diante do exíguo prazo entre o fim das convenções e o registro de candidatura, providenciem com antecedência toda a documentação necessária para preencher e instruir o DRAP e o RRC (arts. 18 a 30 da Resolução TSE n. 23.609/2019). Quanto ao DRAP do partido, merece destaque os arts. 22 e 23, da Resolução TSE n. 23.609/2019, e quanto ao RRC dos candidatos, os arts. 24 a 27, da mesma Resolução, que contem um rol de informações e documentos que serão necessários;

13 – Mantenham sob a guarda do Partido ou Coligação os formulários de DRAP e RCC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, os quais devem ser impressos e assinados pelos responsáveis e guardados até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais. Permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado. Inclusive, para serem exibidos caso sejam requisitados pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE n. 23.610/2019);

14 – Orientem e fiscalizem para que os candidatos, mesmo após escolhidos em convenção partidária, só realizem propaganda eleitoral a partir de 27 de setembro de 2020 (EC 107/2020), nos termos e forma da Resolução TSE n. 23.610/2019, bem como só façam arrecadação e gastos de campanha após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito;

15 – Em razão da atual pandemia de COVID-19, para evitar aglomerações, realizem convenções virtuais, bem como observem as diretrizes para sua realização fixadas pelo Grupo de Trabalho do TSE (Resolução TSE n. 23.623/2020);

16 – Evitem deixar para os últimos dias o protocolo dos DRAPs e dos RRCs, evitando assim riscos e facilitando o julgamento dos pedidos de registro pela Justiça Eleitoral.

Além disso, o Ministério Público Eleitoral REQUISITA que os Diretórios Municipais dos Partidos informem a esta Promotoria, no prazo de até 5 (cinco) dias depois da respectiva convenção partidária: a) o nome completo das candidatas que compõem o percentual mínimo de 30% da cota de gênero; b) o nome completo de eventuais servidores públicos, civis ou militares, que serão candidatos pelo partido. A resposta deve ser enviada no seguinte e-mail lpjfatimadosul@mpms.mp.br ou entregue no seguinte endereço: Rua Ipiranga, nº 810, Centro, Fátima do Sul.



Por fim, para ciência e divulgação, dado o interesse público das informações aqui veiculadas, determino o envio de cópia desta Recomendação, inclusive por meio e-mail, se necessário: a) aos diretórios municipais dos partidos políticos dos municípios do Município de Fátima do Sul; b) ao Juiz Eleitoral desta Zona Eleitoral; c) ao Presidente da OAB local; d) à Câmara de Vereadores, e e) à Prefeitura Municipal.

Publique-se a presente RECOMENDAÇÃO no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Fátima do Sul, 12 de agosto de 2020.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça

AUTOS N° MP: 09.2020.00002697-5

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil

Objeto: Acompanhar a legalidade do processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações nas Eleições 2020, no município de Vicentina..

RECOMENDAÇÃO N° 0004/2020/4 ZE/FSU

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO aos diretórios municipais dos partidos políticos do município de Vicentina, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a proximidade das convenções partidárias (31 de agosto a 16 de setembro – EC 107/2020), bem como a necessidade de os Partidos respeitarem toda a legislação eleitoral, especialmente a Lei 9.504/97 e as disposições da Resolução TSE n. 23.609/2019, que disciplina os procedimentos de escolha e registro dos candidatos nas eleições 2020;

CONSIDERANDO que o órgão partidário municipal deve estar devidamente constituído e registrado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral até a data da convenção (art. 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que nas Eleições 2020 estão vedadas as coligações proporcionais, ou seja, para vereador, bem como cada partido só pode registrar candidatos até 150% das vagas a preencher (art. 17, § 1º, CF; art. 10, da Lei 9.504/97 e Consulta TSE n. 600805-31/DF);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97, e no artigo 17, § 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019, que determinam que cada partido deve preencher, nas eleições proporcionais, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero;

CONSIDERANDO que no cálculo do percentual mínimo (30%), de observância obrigatória, o arredondamento de qualquer fração deve ser sempre para cima, nos termos do art. 17, § 3º, da Resolução TSE n. 23.609/2019 (assim, por exemplo, se o Partido lançar um total de 14 candidatos, terá que ter no mínimo 5 mulheres, pois 30% de 14 é igual a 4,2, que deve ser arredondado para 5, e o máximo de 9 homens);

CONSIDERANDO que o cálculo dos percentuais de candidatos para cada gênero terá como base o número de candidaturas efetivamente requeridas pelo partido e deverá ser observada também nos casos de vagas remanescentes ou de substituição, sob pena de indeferimento do pedido de registro do partido – DRAP, e, por consequência, o indeferimento de todos os candidatos a vereador daquele partido (art. 17, §§ 4º e 6º e art. 48, da Resolução TSE n. 23.609/2019);



CONSIDERANDO que a inclusão de candidaturas fictícias ou candidaturas-laranja, apenas para preencher o percentual mínimo de 30% exigido em lei, pode caracterizar abuso do poder político ou fraude eleitoral, que acarreta o indeferimento ou a cassação de todos os candidatos do partido, mesmo que já eleitos, seja através da Ação de Investigação Judicial Eleitoral - AIJE (art. 22, da LC 64/90, quando detectado antes da diplomação), seja através da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo - AIME (art. 14, § 10, da CF, quando o fato for detectado após a diplomação), conforme vários precedentes do TSE nesse sentido, como, por exemplo, no Recurso Especial Eleitoral nº 19392, de 04/10/2019; na Ação Cautelar nº 060048952, de 12/03/2020 e no Recurso Especial Eleitoral nº 319, de 12/03/2020;

CONSIDERANDO que a apresentação de candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, pode caracterizar crime de falsidade ideológica (art. 350, do Código Eleitoral) e ato improbidade administrativa, acarretando para o agente a obrigação de devolver ao erário o que recebido durante a licença, além das demais sanções previstas na Lei n. 8.429/92 (multa, suspensão dos direitos políticos, perda do cargo, etc.);

CONSIDERANDO que os candidatos devem preencher todas as condições de elegibilidade (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e não incidir em nenhuma das causas de inelegibilidade (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019);

CONSIDERANDO que as causas de inelegibilidades previstas na Lei Complementar n. 64/1990, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), serão aplicadas integralmente nas eleições de 2020, pois foram declaradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (julgamento conjunto das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 29 e 30 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.4578 em 16/02/2012), inclusive sobre fatos pretéritos e pelo prazo de 8 (oito anos) anos do fato gerador da inelegibilidade previsto em lei, o que impõe aos Partidos Políticos critérios rigorosos na escolha e indicação de seus candidatos para que, além de preencherem as condições de elegibilidade, não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade;

CONSIDERANDO que a ata das convenções partidárias deve obedecer aos requisitos e procedimentos formais previstos no art. 6º, § 3º ao 9º e no art. 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

CONSIDERANDO que a ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura poderá ser suprida pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE n. 55) ou por declaração de próprio punho do candidato, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, sob pena de indeferimento do registro de candidatura;

CONSIDERANDO que eventuais certidões criminais positivas de candidato devem ser acompanhadas de certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO que o RCC já deve ser apresentado com a prova da desincompatibilização, se for o caso, para os candidatos que a lei exige o afastamento prévio, conforme exige o art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO o prazo exíguo entre o final das convenções (dia 16 de setembro) e o registro de candidaturas (dia 26 de setembro), bem como que o pedido de registro perante a Justiça Eleitoral deverá ser apresentado somente em meio digital gerado pelo Sistema CANDex, com transmissão pela internet, até o dia anterior ou com entrega em mídia à Justiça Eleitoral, até as 19h do dia 26/09, instruídos eletronicamente com vários documentos exigidos pela legislação (ver arts. 18 a 30 da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que os formulários de DRAP e RRC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, devem ser impressos e assinados pelos responsáveis. Ademais, os formulários e documentos devem ficar sob a guarda dos respectivos partidos políticos ou coligações até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais. Permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado. Podendo, inclusive, serem requisitados à exibição pela



Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE n. 23.610/2019);

CONSIDERANDO que, mesmo escolhidos em convenção partidária, a propaganda eleitoral dos candidatos só é permitida após 26 de setembro de 2020, nos termos do art. 1º, § 1º, IV, da EC 107/2020, e forma da Resolução TSE n. 23.610/2019, bem como a arrecadação e gastos de campanha só são permitidos após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito;

CONSIDERANDO que, em razão da atual pandemia de COVID-19, o TSE considerou lícita a realização de convenções partidárias por meio virtual, bem como regulamentou a situação na Resolução TSE n. 23.623/2020, o que restou positivado na EC 107/2020, art. 1º, § 3º, III;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para evitar atos viciosos nas eleições e o tumulto do processo eleitoral, especialmente no processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações;

RESOLVE RECOMENDAR AOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DOS PARTIDOS POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE VICENTINA que, sem prejuízo de observar toda a legislação eleitoral:

1 – Verifiquem, antes da convenção, se o órgão de direção partidária municipal está devidamente constituído e regularizado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral, conforme exige o art. 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019. Em regra, a consulta está disponível no site do respectivo Tribunal Regional Eleitoral, na aba “Partidos”; ou em contato com mesmo Tribunal;

2 – Diante da vedação das coligações proporcionais, escolham em convenção candidatos até o máximo de 150% das vagas a preencher, nos termos do art. 17, § 1º, CF; do art. 10, da Lei 9.504/97 e da Consulta TSE n. 600805-31/DF;

3 - Observem o preenchimento de no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero, mantendo estas porcentagens durante todo o processo eleitoral, mesmo no caso de preenchimento de vagas remanescentes ou de substituições, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, conforme artigo 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

4 - Formem suas listas de candidatos a Vereador com no mínimo 30% do gênero minoritário, calculando esse percentual sobre o número total de candidatos efetivamente levados a registro e arredondando qualquer fração sempre para cima, conforme artigo 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

5 - Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a Vereador, de candidaturas fictícias ou candidaturas-laranja, ou seja, de pessoas que não disputarão efetivamente a eleição, não farão campanha e não buscarão os votos dos eleitores, especialmente para o preenchimento do mínimo de 30% da cota de gênero, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, que pode ser objeto de ação judicial antes ou depois da diplomação (AIJE ou AIME), bem como possível caracterização de crime eleitoral;

6 – Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a Vereador, de candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, sob pena de caracterização crime de crime eleitoral e ato improbidade administrativa;

7 – Só escolham em convenção candidatos que preenchem todas as condições de elegibilidade (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019), notadamente aquelas previstas no art. 14, § 4º ao 8º, da Constituição Federal, e todas as hipóteses previstas na Lei Complementar n. 64/1990, Lei das Inelegibilidades, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa. Para tanto, os Partidos devem fazer uma análise minuciosa da situação jurídica e da vida pregressa dos seus pré-candidatos, para evitar candidatos “ficha suja”, os quais podem ter o registro de candidatura indeferido, pois além da cassação do registro ou diploma, os votos serão retirados do quociente eleitoral no sistema proporcional, prejudicando, assim, o próprio Partido;



8 – Observem os requisitos e procedimentos legais referentes à ata das convenções partidárias, especialmente os previstos no art. 6º, § 3º ao 9º e no art. 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019, inclusive a necessidade de transmissão ou entrega em mídia do arquivo da ata gerado pelo CANDex à Justiça Eleitoral no dia seguinte da convenção;

9 – Acompanhem e fiscalizem para que, na ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura, o respectivo candidato supra a falta pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE n. 55) ou por uma declaração de próprio punho, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, salvo nova previsão do TSE em razão da pandemia de Covid-19;

10 – Caso alguma certidão criminal de candidato for positiva, já juntar ao respectivo RRC a certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

11 – Caso algum candidato, por exigência legal, tenha que se desincompatibilizar, já juntar ao respectivo RRC a prova da desincompatibilização, com fulcro art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

12 – Diante do exíguo prazo entre o fim das convenções e o registro de candidatura, providenciem com antecedência toda a documentação necessária para preencher e instruir o DRAP e o RRC (arts. 18 a 30 da Resolução TSE n. 23.609/2019). Quanto ao DRAP do partido, merece destaque os arts. 22 e 23, da Resolução TSE n. 23.609/2019, e quanto ao RRC dos candidatos, os arts. 24 a 27, da mesma Resolução, que contem um rol de informações e documentos que serão necessários;

13 – Mantenham sob a guarda do Partido ou Coligação os formulários de DRAP e RCC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, os quais devem ser impressos e assinados pelos responsáveis e guardados até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais. Permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado. Inclusive, para serem exibidos caso sejam requisitados pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE n. 23.610/2019);

14 – Orientem e fiscalizem para que os candidatos, mesmo após escolhidos em convenção partidária, só realizem propaganda eleitoral a partir de 27 de setembro de 2020 (EC 107/2020), nos termos e forma da Resolução TSE n. 23.610/2019, bem como só façam arrecadação e gastos de campanha após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito;

15 – Em razão da atual pandemia de COVID-19, para evitar aglomerações, realizem convenções virtuais, bem como observem as diretrizes para sua realização fixadas pelo Grupo de Trabalho do TSE (Resolução TSE n. 23.623/2020);

16 – Evitem deixar para os últimos dias o protocolo dos DRAPs e dos RRCs, evitando assim riscos e facilitando o julgamento dos pedidos de registro pela Justiça Eleitoral.

Além disso, o Ministério Público Eleitoral REQUISITA que os Diretórios Municipais dos Partidos informem a esta Promotoria, no prazo de até 5 (cinco) dias depois da respectiva convenção partidária: a) o nome completo das candidatas que compõem o percentual mínimo de 30% da cota de gênero; b) o nome completo de eventuais servidores públicos, civis ou militares, que serão candidatos pelo partido. A resposta deve ser enviada no seguinte e-mail 1pjfatimadosul@mpms.mp.br ou entregue no seguinte endereço: Rua Ipiranga, nº 810, Centro, Fátima do Sul.

Por fim, para ciência e divulgação, dado o interesse público das informações aqui veiculadas, determino o envio de cópia desta Recomendação, inclusive por meio e-mail, se necessário: a) aos diretórios municipais dos partidos políticos dos municípios do Município de Vicentina; b) ao Juiz Eleitoral desta Zona Eleitoral; c) ao Presidente da OAB local; d) à Câmara de Vereadores, e e) à Prefeitura Municipal.

Publique-se a presente RECOMENDAÇÃO no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Fátima do Sul, data da assinatura digital.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça

**AUTOS Nº MP: 09.2020.00002698-6**

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil

Objeto: acompanhar a legalidade do processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações nas Eleições 2020, no município de Jateí.

RECOMENDAÇÃO Nº 0005/2020/4 ZE/FSU

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO aos diretórios municipais dos partidos políticos do município de Jateí, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a proximidade das convenções partidárias (31 de agosto a 16 de setembro – EC 107/2020), bem como a necessidade de os Partidos respeitarem toda a legislação eleitoral, especialmente a Lei 9.504/97 e as disposições da Resolução TSE n. 23.609/2019, que disciplina os procedimentos de escolha e registro dos candidatos nas eleições 2020;

CONSIDERANDO que o órgão partidário municipal deve estar devidamente constituído e registrado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral até a data da convenção (art. 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que nas Eleições 2020 estão vedadas as coligações proporcionais, ou seja, para vereador, bem como cada partido só pode registrar candidatos até 150% das vagas a preencher (art. 17, § 1º, CF; art. 10, da Lei 9.504/97 e Consulta TSE n. 600805-31/DF);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97, e no artigo 17, § 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019, que determinam que cada partido deve preencher, nas eleições proporcionais, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero;

CONSIDERANDO que no cálculo do percentual mínimo (30%), de observância obrigatória, o arredondamento de qualquer fração deve ser sempre para cima, nos termos do art. 17, § 3º, da Resolução TSE n. 23.609/2019 (assim, por exemplo, se o Partido lançar um total de 14 candidatos, terá que ter no mínimo 5 mulheres, pois 30% de 14 é igual a 4,2, que deve ser arredondado para 5, e o máximo de 9 homens);

CONSIDERANDO que o cálculo dos percentuais de candidatos para cada gênero terá como base o número de candidaturas efetivamente requeridas pelo partido e deverá ser observada também nos casos de vagas remanescentes ou de substituição, sob pena de indeferimento do pedido de registro do partido – DRAP, e, por consequência, o indeferimento de todos os candidatos a vereador daquele partido (art. 17, §§ 4º e 6º e art. 48, da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que a inclusão de candidaturas fictícias ou candidaturas-laranja, apenas para preencher o percentual mínimo de 30% exigido em lei, pode caracterizar abuso do poder político ou fraude eleitoral, que acarreta o indeferimento ou a cassação de todos os candidatos do partido, mesmo que já eleitos, seja através da Ação de Investigação Judicial Eleitoral - AIJE (art. 22, da LC 64/90, quando detectado antes da diplomação), seja através da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo - AIME (art. 14, § 10, da CF, quando o fato for detectado após a diplomação), conforme vários precedentes do TSE nesse sentido, como, por exemplo, no Recurso Especial Eleitoral nº 19392, de 04/10/2019; na Ação Cautelar nº 060048952, de 12/03/2020 e no Recurso Especial Eleitoral nº 319, de 12/03/2020;

CONSIDERANDO que a apresentação de candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, pode caracterizar crime de falsidade ideológica (art. 350, do Código Eleitoral) e ato improbidade administrativa, acarretando para o agente a obrigação de devolver ao erário o que recebido durante a licença, além das demais sanções previstas na Lei n. 8.429/92 (multa, suspensão dos direitos políticos, perda do cargo, etc.);



CONSIDERANDO que os candidatos devem preencher todas as condições de elegibilidade (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e não incidir em nenhuma das causas de inelegibilidade (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019);

CONSIDERANDO que as causas de inelegibilidades previstas na Lei Complementar n. 64/1990, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), serão aplicadas integralmente nas eleições de 2020, pois foram declaradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (julgamento conjunto das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 29 e 30 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.4578 em 16/02/2012), inclusive sobre fatos pretéritos e pelo prazo de 8 (oito anos) anos do fato gerador da inelegibilidade previsto em lei, o que impõe aos Partidos Políticos critérios rigorosos na escolha e indicação de seus candidatos para que, além de preencherem as condições de elegibilidade, não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade;

CONSIDERANDO que a ata das convenções partidárias deve obedecer aos requisitos e procedimentos formais previstos no art. 6º, § 3º ao 9º e no art. 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

CONSIDERANDO que a ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura poderá ser suprida pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE n. 55) ou por declaração de próprio punho do candidato, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, sob pena de indeferimento do registro de candidatura;

CONSIDERANDO que eventuais certidões criminais positivas de candidato devem ser acompanhadas de certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO que o RCC já deve ser apresentado com a prova da desincompatibilização, se for o caso, para os candidatos que a lei exige o afastamento prévio, conforme exige o art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO o prazo exíguo entre o final das convenções (dia 16 de setembro) e o registro de candidaturas (dia 26 de setembro), bem como que o pedido de registro perante a Justiça Eleitoral deverá ser apresentado somente em meio digital gerado pelo Sistema CANDex, com transmissão pela internet, até o dia anterior ou com entrega em mídia à Justiça Eleitoral, até as 19h do dia 26/09, instruídos eletronicamente com vários documentos exigidos pela legislação (ver arts. 18 a 30 da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que os formulários de DRAP e RRC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, devem ser impressos e assinados pelos responsáveis. Ademais, os formulários e documentos devem ficar sob a guarda dos respectivos partidos políticos ou coligações até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais. Permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado. Podendo, inclusive, serem requisitados à exibição pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE n. 23.610/2019);

CONSIDERANDO que, mesmo escolhidos em convenção partidária, a propaganda eleitoral dos candidatos só é permitida após 26 de setembro de 2020, nos termos do art. 1º, § 1º, IV, da EC 107/2020, e forma da Resolução TSE n. 23.610/2019, bem como a arrecadação e gastos de campanha só são permitidos após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito;

CONSIDERANDO que, em razão da atual pandemia de COVID-19, o TSE considerou lícita a realização de convenções partidárias por meio virtual, bem como regulamentou a situação na Resolução TSE n. 23.623/2020, o que restou positivado na EC 107/2020, art. 1º, § 3º, III;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para evitar atos viciosos nas eleições e o tumulto do processo eleitoral, especialmente no processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações;



RESOLVE RECOMENDAR AOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DOS PARTIDOS POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE JATEÍ que, sem prejuízo de observar toda a legislação eleitoral:

1 – Verifiquem, antes da convenção, se o órgão de direção partidária municipal está devidamente constituído e regularizado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral, conforme exige o art. 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019. Em regra, a consulta está disponível no site do respectivo Tribunal Regional Eleitoral, na aba “Partidos”; ou em contato com mesmo Tribunal;

2 – Diante da vedação das coligações proporcionais, escolham em convenção candidatos até o máximo de 150% das vagas a preencher, nos termos do art. 17, § 1º, CF; do art. 10, da Lei 9.504/97 e da Consulta TSE n. 600805-31/DF;

3 - Observem o preenchimento de no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero, mantendo estas percentagens durante todo o processo eleitoral, mesmo no caso de preenchimento de vagas remanescentes ou de substituições, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, conforme artigo 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

4 - Formem suas listas de candidatos a Vereador com no mínimo 30% do gênero minoritário, calculando esse percentual sobre o número total de candidatos efetivamente levados a registro e arredondando qualquer fração sempre para cima, conforme artigo 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

5 - Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a Vereador, de candidaturas fictícias ou candidaturas-laranja, ou seja, de pessoas que não disputarão efetivamente a eleição, não farão campanha e não buscarão os votos dos eleitores, especialmente para o preenchimento do mínimo de 30% da cota de gênero, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, que pode ser objeto de ação judicial antes ou depois da diplomação (AIJE ou AIME), bem como possível caracterização de crime eleitoral;

6 – Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a Vereador, de candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, sob pena de caracterização crime de crime eleitoral e ato improbidade administrativa;

7 – Só escolham em convenção candidatos que preenchem todas as condições de elegibilidade (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019), notadamente aquelas previstas no art. 14, § 4º ao 8º, da Constituição Federal, e todas as hipóteses previstas na Lei Complementar n. 64/1990, Lei das Inelegibilidades, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa. Para tanto, os Partidos devem fazer uma análise minuciosa da situação jurídica e da vida pregressa dos seus pré-candidatos, para evitar candidatos “ficha suja”, os quais podem ter o registro de candidatura indeferido, pois além da cassação do registro ou diploma, os votos serão retirados do quociente eleitoral no sistema proporcional, prejudicando, assim, o próprio Partido;

8 – Observem os requisitos e procedimentos legais referentes à ata das convenções partidárias, especialmente os previstos no art. 6º, § 3º ao 9º e no art. 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019, inclusive a necessidade de transmissão ou entrega em mídia do arquivo da ata gerado pelo CANDex à Justiça Eleitoral no dia seguinte da convenção;

9 – Acompanhem e fiscalizem para que, na ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura, o respectivo candidato supra a falta pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE n. 55) ou por uma declaração de próprio punho, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, salvo nova previsão do TSE em razão da pandemia de Covid-19;

10 – Caso alguma certidão criminal de candidato for positiva, já juntar ao respectivo RRC a certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;



11 – Caso algum candidato, por exigência legal, tenha que se desincompatibilizar, já juntar ao respectivo RRC a prova da desincompatibilização, com fulcro art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

12 – Diante do exíguo prazo entre o fim das convenções e o registro de candidatura, providenciem com antecedência toda a documentação necessária para preencher e instruir o DRAP e o RRC (arts. 18 a 30 da Resolução TSE n. 23.609/2019). Quanto ao DRAP do partido, merece destaque os arts. 22 e 23, da Resolução TSE n. 23.609/2019, e quanto ao RRC dos candidatos, os arts. 24 a 27, da mesma Resolução, que contem um rol de informações e documentos que serão necessários;

13 – Mantenham sob a guarda do Partido ou Coligação os formulários de DRAP e RCC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, os quais devem ser impressos e assinados pelos responsáveis e guardados até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais. Permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado. Inclusive, para serem exibidos caso sejam requisitados pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE n. 23.610/2019);

14 – Orientem e fiscalizem para que os candidatos, mesmo após escolhidos em convenção partidária, só realizem propaganda eleitoral a partir de 27 de setembro de 2020 (EC 107/2020), nos termos e forma da Resolução TSE n. 23.610/2019, bem como só façam arrecadação e gastos de campanha após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito;

15 – Em razão da atual pandemia de COVID-19, para evitar aglomerações, realizem convenções virtuais, bem como observem as diretrizes para sua realização fixadas pelo Grupo de Trabalho do TSE (Resolução TSE n. 23.623/2020);

16 – Evitem deixar para os últimos dias o protocolo dos DRAPs e dos RRCs, evitando assim riscos e facilitando o julgamento dos pedidos de registro pela Justiça Eleitoral.

Além disso, o Ministério Público Eleitoral REQUISITA que os Diretórios Municipais dos Partidos informem a esta Promotoria, no prazo de até 5 (cinco) dias depois da respectiva convenção partidária: a) o nome completo das candidatas que compõem o percentual mínimo de 30% da cota de gênero; b) o nome completo de eventuais servidores públicos, civis ou militares, que serão candidatos pelo partido. A resposta deve ser enviada no seguinte e-mail lpjfatimadosul@mpms.mp.br ou entregue no seguinte endereço: Rua Ipiranga, nº 810, Centro, Fátima do Sul.

Por fim, para ciência e divulgação, dado o interesse público das informações aqui veiculadas, determino o envio de cópia desta Recomendação, inclusive por meio e-mail, se necessário: a) aos diretórios municipais dos partidos políticos dos municípios do Município de Jateí; b) ao Juiz Eleitoral desta Zona Eleitoral; c) ao Presidente da OAB local; d) à Câmara de Vereadores, e e) à Prefeitura Municipal.

Publique-se a presente RECOMENDAÇÃO no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Fátima do Sul, data da assinatura digital.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça



IVINHEMA

EDITAL N.: 0023/2020/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2020.00001091-7, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2020.00001091-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Aparecido Donizete Capuci, Luiz Carlos Capuci Júnior, Milton Vanderlei Capuci, Monclair Aparecido Capuci (espólios de Luiz Carlos Capuci) e Ivanir Delesposte Capuci;

Objeto: Apurar desmatamento de 5,23 hectares em área de Mata Atlântica, nos lotes 15 A 20 DA Q14 E35 DA Q15 - Gleba Ubiratã, em Ivinhema/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 209/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2020).

Ivinhema/MS, 24 de setembro de 2020.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

MIRANDA

EDITAL Nº 18/2020

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001044-0

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Investigado: Estância Portal da Miranda Agropecuária LTDA

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 17,80 hectares de vegetação nativa em áreas de Savana arborizada sem floresta-de-galeria, Savana Florestada e Áreas antrópicas – Pecuária – Pastagem plantada na região de Savana, na Estância Portal do Miranda, no município de Miranda/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer 61/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2019).

Miranda/MS, 24 de setembro de 2020.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0006/2020/19ZE/PPR

A 19ª Zona Eleitoral torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003059-0, 19ª ZE, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003059-0 19ª ZE

Requerente(s): Ministério Público Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Nome da Parte Passiva Seleccionada << Nenhuma informação disponível >>

Assunto: acompanhar a (i)regularidade da prática de propaganda eleitoral nas Eleições 2020 nos municípios de Ponta Porã, Coronel Sapucaia e Aral Moreira

Ponta Porã/MS, 24 de setembro de 2020

GISLEINE DAL BÓ

Promotora Eleitoral

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA****ANGÉLICA****RECOMENDAÇÃO N. 002/2020/PJ/AIC**

(Ref. Inquérito Civil n. 06.2020.00001004-0)

Senhor Servidor,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do Promotor de Justiça que a esta subscreve, no exercício de suas atribuições previstas no art. 127, *caput*, art. 129, inc. III, da Constituição Federal, e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “caput”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que este *parquet* recebeu denúncia de que Vossa Senhoria fora admitido na Câmara Municipal de Angélica em 01/07/1983 e, atualmente, exerce o cargo efetivo¹ de Assistente de Administração;

CONSIDERANDO que, além de servidor da Câmara Municipal, também restou apurado que Vossa Senhoria exerce o cargo efetivo de professor, desde 19/02/2003, sendo servidor da Secretaria Estadual de Educação, e, atualmente, exercendo a função de Assessoramento Escolar (readaptação provisória), lotado na Escola Estadual Dr. José Manoel Fontanillas Fragélli, de Angélica/MS.

CONSIDERANDO que a acumulação de cargos públicos é apresentada no texto da Constituição Federal de 1988, no artigo 37, incisos XVI e XVII², e, conforme a regra geral estatuída nos referidos dispositivos, é vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, proibição que recai sobre a administração direta, indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações) bem como sobre os entes controlados direta ou indiretamente pelo Poder Público.

CONSIDERANDO que dentre as hipóteses excepcionais, admite-se cumulação de um cargo de professor com outro cargo de caráter técnico ou científico. Nesta esteira, destaca-se que o Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento no sentido de que “*cargo científico é o conjunto de atribuições cuja execução tem por finalidade investigação coordenada e sistematizada de fatos, predominantemente de especulação, visando a ampliar o conhecimento humano. Cargo Técnico é o conjunto de atribuições cuja execução reclama conhecimento específico de um área do saber*” (STJ, RMS 7.550/PB, 6ª Turma, Rel. Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, d.J. 02/03/1998).

CONSIDERANDO que acerca das circunstâncias que preencheriam a exigência de conhecimento para configuração de cargo técnico, o STJ vem adotando, em posicionamento atual, a seguinte compreensão:

ADMINISTRATIVO. ACUMULAÇÃO ILÍCITA DE APOSENTADORIAS. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. PROFESSOR E TÉCNICO EM POLÍTICAS CULTURAIS. IMPOSSIBILIDADE.

) Conforme consignado pela Corte local, está “evidenciada a impossibilidade de cumulação de aposentadorias outrora percebidas pela impetrante. Uma vez que o cargo de técnico em assuntos culturais não possui natureza técnica, pois não demanda formação profissional específica para o respectivo exercício.

) De acordo com a Jurisprudência do Tribunal Superior de Justiça, cargo técnico é aquele que requer conhecimento específico na área de atuação do profissional, com habilitação específica de grau universitário ou profissionalizando de 2º grau.

¹ Com o advento da CF 88 quem ocupava cargo em Comissão foi efetivado.

² Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;



) É possível verificar que o cargo ocupado pelo recorrente "técnico em políticas Culturais", exige apenas nível médio (fl. 50, e-STJ), não se enquadrando, portanto, na definição acima.

) Recurso Ordinário não provido. (RMS 42.392/AC, Rel Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 19/03/2015 (grifo nosso).

CONSIDERANDO que neste sentido o Tribunal de Contas da União, já se posicionou, asseverando que: "a conceituação de cargo técnico científico, para fins de acumulação permitida pelo texto constitucional, abrange os cargos de nível superior e os cargos de nível médio cujo provimento **exige a habilitação específica para o exercício de determinada atividade profissional, a exemplo do técnico em enfermagem, do técnico em contabilidade, entre outros** (TCU, Processo n. TC 015.483/2001-0, 1ª Câmara, Acórdão nº 408/2004, rel. Min. Humberto Guimarães Souto, data da sessão 09/03/2004) (grifo nosso).

CONSIDERANDO que, em que pese a aparente compatibilidade entre as diferentes funções desempenhadas, resta concluir que a não sobreposição de horários laborais não consiste, per si, requisito bastante a tornar lícito o acúmulo de cargos, caso os referidos não se encontrem elencados no rol taxativo constitucionalmente estabelecido das exceções. A este respeito, destaca-se o recente entendimento do Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso do Sul:

EMENTA: RELATÓRIO-DESTAQUE – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ACUMULAÇÃO DE CARGOS – VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL – ROL DE EXCEÇÕES – CARGOS NÃO ELENCADOS – IRREGULARIDADE – MULTAS – DETERMINAÇÃO.

A acumulação de cargos públicos somente é viável em situação excepcional, desde que exista a compatibilidade de horários ente eles e que estejam os cargos elencados no rol de exceções, conforme texto constitucional. Apesar de justificativas de horários compatíveis e de ausência de prejuízo das atividades desenvolvidas, não há possibilidade de acumulação de cargos não elencados no rol de exceções constitucionais, pelo que os atos apurados em desacordo devem ser declarados irregulares, e aplicado multas ao responsáveis, determinando ao atual Prefeito Municipal que cesse imediatamente todos os pagamentos relativos à acumulação de cargos, bem como opte pela manutenção dos servidores em somente um cargo, comunicando a este Tribunal de Contas acerca das providências tomadas, sob pena de responsabilidade solidária e impugnação de valores. (TCE/MS, Processo TC/MS 67786/2018, Acórdão AC AC00 – 429/2020, Relator Conselheiro Jerson Domingos, data da Sessão 11/03/2020 (grifo nosso)

CONSIDERANDO que a data de ingresso do servidor junto à Câmara Municipal de Angélica, qual seja 01/07/1983, comporta análise intertemporal, cumpre considerar que a Constituição de 1967, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 01/1969, vigente ao tempo em que este adentrou ao serviço público, já trazia, a seu tempo, a regra de inacumulabilidade dos cargos públicos³.

CONSIDERANDO, deste modo, que ao longo do período no qual o servidor compõe os quadros funcionalismo público, não ocorreu, em algum momento, o direito à cumulatividade dos cargos com natureza jurídica similar aos quais se mantém na atualidade.

CONSIDERANDO que resta evidente que a data de ingresso no cargo de professor, qual seja, 19/02/2003, se deu durante o vigente regime do funcionalismo inaugurado pelas Emendas Constitucionais n. 19/1988 e 31/2001, não subsumindo-se a quaisquer das exceções constitucionalmente previstas.

CONSIDERANDO que, no que tange às consequências jurídicas da cumulação indevida de cargos públicos, Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Mato Grosso do Sul – Lei n. 1.102/1990, preconiza em seu artigo 226 que a má-fé no acúmulo de cargos por um servidor público conduz à demissão, em disciplina congruente às disposições de âmbito Federal (Lei Federal n. 8.112/1990, artigo 132, II).

CONSIDERANDO que, de outra monta, o parágrafo único do artigo 226 da Lei Estadual n. 1.102/1990 preconiza que, provada a boa fé do servidor, será ele mantido no cargo de sua opção.

CONSIDERANDO, por sua vez, que a doutrina corrobora tal entendimento, assim lecionando "detectada a acumulação ilegal de dois cargos, fora das hipóteses permitidas pela CRFB, o servidor será notificado para optar por um dos cargos no prazo de 10 (de) dias. Se a opção for feita no prazo, restará configurada a boa-fé do servidor e ele será

3 Art. 99 EC n. 01/1969, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm



exonerado do outro cargo, sem aplicação de penalidade. Somente na hipótese de acumulação olegal e comprovada a má-fé, será aplicada a pena de demissão, destituição ou cassação da aposentadoria" (OLIVEIRA, Rafael Carvalho de Resende. Curso de Direito Administrativo, 7ª edição – São Paulo: Editora Método, 2019, pág. 734).

RESOLVE, com fundamento no art. 27, parágrafo único, inc. IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), no art. 29, inc. IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), no art. 26, inc. XX, da Lei Complementar nº 75/1993 (Ministério Público da União), no art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ e no art. 15 da Resolução nº 023/2007-CNMP, RECOMENDAR ao Senhor Sirvirino Aparecido Terenciani, servidor Câmara Municipal de Angélica, que:

Opte ou pelo cargo de Assistente de Administração, da Câmara Municipal, ou pelo cargo de professor, da Secretaria Estadual de Educação, vez que o servidor permanece atualmente ocupando cargo de professor e, concomitantemente, um cargo de natureza administrativa, sem caráter técnico ou científico, em desconformidade com a disciplina constitucional, escapando às hipóteses de cumulação lícita.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação, além da publicação de seu inteiro teor no Diário oficial do Ministério Público:

- Ao Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;
- À Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;
- Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, para ciência;
- A Câmara Municipal de Angélica, para ciência e providências que entender cabíveis;
- À Secretaria Estadual de Educação, para ciência e providências que entender cabíveis, notadamente as previstas no Estatuto do Servidor Público de Mato Grosso do Sul;

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte, inclusive por eventual improbidade administrativa.

Concedo o prazo de 20 (vinte) dias para que o Senhor Sirvirino Aparecido Terenciani, informe por escrito a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação, bem como eventuais medidas adotadas.

Angélica-MS, 22 de setembro de 2020.

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO
Promotor de Justiça em substituição Legal